

-UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
UNIDADE EDUCACIONAL SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ALEXSANDRO DOS SANTOS RAMOS

**CRISE DE 1929 E CRISE DE 2008:
PARALELOS, CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS**

Santana do Ipanema – Alagoas

2024

ALEXSANDRO DOS SANTOS RAMOS

**CRISE DE 1929 E CRISE DE 2008:
PARALELOS, CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade Federal de Alagoas
(UFAL) – Campus do Sertão como requisito
para obtenção do título de graduação em
Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Menezes Gomes

Santana do Ipanema – Alagoas

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/ 661

R175c Ramos, / Alexsandro dos Santos.

Crise de 1929 e crise de 2008 : paralelos, convergências e divergências / Alexsandro dos Santos Ramos. – 2024.

58 f. : il.

Orientador: José Menezes Gomes.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia. Administração e Contabilidade, Santana do Ipanema, 2024.

Bibliografia: f. 54-58.

1. Sistema econômico global. 2. Crise econômica – 1929. 3. Crise econômica – 2008. 3. Recessão global. I. Título.

CDU: 338.124.2

RESUMO

Este trabalho acadêmico tem o objetivo de analisar a Crise de 1929 e a Crise de 2008, demonstrando os paralelos, as convergências e as divergências entre elas. Nesse sentido, apresentam-se pontos comuns e distintos que causaram essas crises, bem como as suas consequências. Serão analisados os principais aspectos econômicos, sociais e políticos dessas épocas que, apesar do lapso temporal e das variações internas e externas, demonstram similaridades significativas. Abordaram-se as causas que provocaram esses eventos, as consequências resultantes, bem como as medidas tomadas pelos governos com o propósito de amenizar e superar os efeitos negativos dessas crises. Adicionalmente, discorrer-se-á sobre os impactos econômicos e sociais dessas medidas intervencionistas. Para essa análise, foi aplicada uma metodologia de pesquisa explicativa e abordagem quali-quantitativa, utilizando uma estratégia metodológica histórica e dialética. Isso permitiu uma compreensão aprofundada dos eventos e das políticas adotadas. Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão dos mecanismos que levam à ocorrência de crises financeiras e das estratégias mais eficazes para lidar com elas. Ao comparar as crises de 1929 e 2008, busca-se identificar lições valiosas que possam ajudar na formulação de políticas econômicas mais robustas e na prevenção de futuras crises financeiras.

Palavras-chave: crise de 1929; crise de 2008; recessão global.

ABSTRACT

This academic work aims to analyze the 1929 Crisis and the 2008 Crisis, demonstrating the parallels, convergences, and divergences between them. In this regard, common and distinct points that caused these crises, as well as their consequences, are presented. The main economic, social, and political aspects of these periods, which, despite the time lapse and internal and external variations, show significant similarities, will be analyzed. The causes that triggered these events, the resulting consequences, as well as the measures taken by governments to mitigate and overcome the negative effects of these crises, will be addressed. Additionally, the economic and social impacts of these interventionist measures will be discussed. For this analysis, a research methodology was applied that is basic in nature, with explanatory objectives and a qualitative-quantitative approach, utilizing a historical and dialectical methodological strategy. This allowed for an in-depth understanding of the events and policies adopted. It is hoped that this study will contribute to a better understanding of the mechanisms that lead to financial crises and the most effective strategies for dealing with them. By comparing the 1929 and 2008 crises, we seek to identify valuable lessons that can help in the formulation of more robust economic policies and the prevention of future financial crises.

Keywords: crisis of 1929. 2008 crisis. global recession.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de Inflação (Estados Unidos)	19
Gráfico 2 - Índice de Preços de Imóveis S&P/CS (Estados Unidos)	31
Gráfico 3 - Produto Interno Bruto - PIB (Estados Unidos)	32
Gráfico 4 - Produto Interno Bruto - PIB (Brasil).....	33
Gráfico 5 - Taxa de Inflação (Estados Unidos)	34
Gráfico 6 - Taxa de Inflação (Brasil).....	35
Gráfico 7 - Falência de empresas (Estados Unidos).....	38
Gráfico 8 - Taxa de desemprego (Estados Unidos).....	39
Gráfico 9 - Dívida Pública em Relação ao PIB (União Europeia)	40
Gráfico 10 - Saldo do Orçamento Público em relação ao PIB (Estados Unidos)	40
Gráfico 11 - Balanço dos Bancos em Bilhões de US\$ (Estados Unidos).....	43
Gráfico 12 - Balanço dos Bancos em Milhões de Reais (Brasil)	43
Gráfico 13 - Taxa de Juros (Brasil)	44
Gráfico 14 - Taxa de Juros (Estados Unidos).....	45

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Valor de Mercado das empresas cotadas nas Bolsas de Valores	30
Tabela 2 - Títulos da Dívida interna dos governos (US\$ Bilhões).....	37

SUMÁRIO

1 Introdução	7
2 Crise De 1929	10
2.1 Contexto Histórico Antes da Crise de 1929	10
2.2 Análise da Crise de 1929	11
2.2.1 Causas da Crise de 1929	15
2.2.2 Consequências da Crise de 1929	17
2.2.3 Medidas de Recuperação Econômica da Crise de 1929	20
3 Crise de 2008	23
3.1 Contexto Histórico Antes da Crise de 2008	24
3.2 Análise da Crise de 2008	28
3.2.1 Causas da Crise de 2008	33
3.2.2 Consequências da Crise de 2008	36
3.2.3 Medidas de Recuperação Econômica da Crise de 2008	42
4 A Crise Capitalista em Distintos Momentos Históricos	46
4.1 Causas	46
4.2 Consequências	47
4.3 Políticas de Restauração do Capitalismo	49
5 Considerações Finais	52
6 Referências	54

1 Introdução

As crises econômicas são fenômenos recorrentes que abalam profundamente as estruturas econômicas, sociais e políticas das nações. Entre as mais notáveis do século XX e XXI, destacam-se a Crise de 1929, também conhecida como a “Grande Depressão”, e a Crise de 2008, muitas vezes referida como a “Crise do *Subprime*”.

A crise de 1929, e a “grande depressão” mundial resultante, mudaram as coordenadas sociais e políticas do mundo, de modo drástico e sem retorno. Comentando a crise financeira de 2008, a revista inglesa *The Economist* disse que, substituindo as palavras “ações” e “ativos” por “casas”, qualquer descrição da crise econômica de 1929 poderia ser usada para ela. As semelhanças, de fato, saltam aos olhos: os bancos, assim como na crise de 1929, passaram a rejeitar emprestar dinheiro com casas em garantia (ao invés de ações em 1929), e com isso muitos passaram a vender suas casas para pagar as hipotecas, pois não estavam conseguindo pagá-las. Com as casas caindo de preço estourou a “bolha imobiliária”, num curto espaço de tempo. (COGGIOLA, 2008, p. 1)

Ambas as crises apresentaram causas e consequências significativas que impactaram não apenas as economias onde se originaram, mas também tiveram repercussões globais. A Crise de 1929 foi desencadeada pelo colapso da Bolsa de Valores de Nova York, precipitando uma década de profunda depressão econômica. Em contraste, a Crise de 2008 teve suas raízes na concessão excessiva de créditos imobiliários de alto risco nos Estados Unidos, resultando na falência de grandes instituições financeiras e em uma recessão global.

Ademais, a crise de 2008 resultou de uma série de fatores interligados, incluindo a crise de superprodução, que se manifestou inicialmente em economias periféricas, como no México em 1995. As crises asiáticas de 1997 e russa de 1998 também revelaram a vulnerabilidade das economias emergentes, evidenciando a interconexão global. Nos anos 2000, após o estouro da bolha da “economia.com”, os EUA adotaram uma política de juros baixos para estimular a economia. Contudo, essa política levou à valorização artificial de ativos, especialmente no setor imobiliário. Quando os preços caíram, aumentaram as inadimplências, desencadeando uma crise financeira global e profunda recessão.

Este trabalho acadêmico tem como objetivo geral analisar essas duas crises, demonstrando os paralelos, as convergências e as divergências entre elas. Em relação aos objetivos específicos, tem-se como foco: identificar e apresentar os pontos comuns e distintos que causaram as crises de 1929 e 2008; demonstrar as consequências econômicas, sociais e políticas dessas crises; e analisar as políticas econômicas adotadas para a restauração do capitalismo após cada crise. Serão explorados os principais aspectos econômicos, sociais e

políticos desses períodos históricos, destacando as medidas adotadas pelos governos para mitigar os efeitos negativos das crises. Destaca-se especialmente a intervenção estatal como um elemento crucial na recuperação econômica e na promoção do desenvolvimento social, particularmente em relação à preservação dos empregos.

Sem a pronta e contínua injeção dos recursos públicos o colapso teria sido total, diante da absoluta preferência pela liquidez, com fuga desenfreada para os títulos da dívida pública, sobretudo americanos. A ação dos governos, tipicamente keynesiana, tem sido a de buscar a restauração do circuito do crédito-gasto-renda, nem que para tanto seja necessário estatizar (ainda que parcial e temporariamente) parcela significativa do sistema financeiro. (MAZZUCHELLI, 2008, p. 59).

A comparação entre a política keynesiana do *New Deal*, dos anos 1930, e a resposta governamental à crise de 2008 revela abordagens distintas no enfrentamento de crises econômicas. Durante o *New Deal*, o governo dos EUA, liderado por Franklin D. Roosevelt, adotou uma série de medidas para estimular a economia, focando em investimentos públicos, criação de empregos e reformas financeiras. A proposta keynesiana, que defendia a intervenção ativa do Estado, guiou essa política, promovendo programas sociais e de infraestrutura, além de redistribuir riqueza para apoiar os cidadãos mais afetados pela Grande Depressão.

Em contraste, a resposta à crise de 2008 priorizou a estabilização do sistema financeiro, com o foco em resgatar grandes instituições e corporações através de pacotes de estímulo, enquanto os bancos estavam sendo salvos, muitos mutuários enfrentaram execuções hipotecárias e, assim, os efeitos sociais da crise se aprofundaram. O uso de recursos públicos foi significativo, mas, diferentemente do *New Deal*, a recuperação social e a redistribuição de renda não foram prioridades. A crise resultou em políticas de austeridade em muitos países, com cortes de gastos públicos que aprofundaram desigualdades, ao mesmo tempo em que as elites financeiras foram protegidas. Isso evidenciou uma tendência de continuidade das políticas neoliberais, enfatizando o mercado livre e a desregulamentação, em oposição à expansão do papel do Estado na economia, como visto no *New Deal*.

Essas crises representam marcos cruciais na história econômica mundial devido à sua escala global e aos efeitos duradouros que tiveram. A compreensão detalhada desses eventos históricos não apenas lança luz sobre os desafios enfrentados pelas sociedades em diferentes períodos, mas também oferece *insights* valiosos para a formulação de políticas econômicas mais robustas e a prevenção de futuras crises. Para essa análise, utilizou-se uma metodologia de pesquisa explicativa e uma abordagem quali-quantitativa, utilizando uma estratégia metodológica histórica e dialética.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos: no primeiro capítulo começa com uma contextualização dos eventos que antecederam a crise de 1929, destacando o cenário de prosperidade econômica nos Estados Unidos durante os “anos loucos”. Em seguida, aborda a Crise de 1929 de forma geral e depois são detalhadas as suas causas, como a expansão de crédito, a especulação financeira e a superprodução. Além de detalhar as consequências dessa crise, que resultaram em uma década de depressão econômica global, bem como as principais medidas de recuperação econômica adotadas, como o *New Deal*.

Já no segundo capítulo, inicia-se com uma análise das crises que precederam a de 2008, como as crises mexicana, asiática, russa e o estouro da bolha da internet, demonstrando suas relações e contribuições para o surgimento da crise de 2008. Em seguida, aborda-se a Crise de 2008, detalhando suas causas, como a especulação financeira, e suas consequências globais, como a recessão econômica e o colapso de grandes instituições financeiras, a exemplo do Lehman Brothers. Além disso, são apresentadas as principais medidas adotadas para recuperação econômica, com destaque para as intervenções estatais com pacotes de estímulo para resgate das instituições bancárias. Por fim, no terceiro capítulo, são analisadas as crises capitalistas em distintos momentos históricos, com foco na comparação entre as crises de 1929 e 2008. Desse modo, serão analisadas as semelhanças e diferenças em suas causas, consequências e nas políticas de restauração do capitalismo, evidenciando as diferentes estratégias utilizadas para mitigar os impactos das crises capitalistas.

2 Crise De 1929

2.1 Contexto Histórico Antes da Crise de 1929

Entre 1872 e 1896, o mundo vivenciou um período de profundas dificuldades econômicas, conhecido como Grande Depressão de 1873¹. Essa fase foi marcada por uma queda acentuada nos preços de produtos agrícolas, falências de bancos e empresas, e um impacto devastador em economias dependentes do comércio internacional. O colapso da Bolsa de Viena em 1873 foi um dos eventos que deram início a essa crise, desencadeando uma cadeia de pânico financeiro e recessão que se espalhou por diversos países. Um dos fatores que agravaram essa crise foi o surgimento de grandes monopólios industriais, substituindo a era da competição aberta pela fase de concorrência monopolista, ou imperialista. Esse processo resultou na superacumulação de capital, o que exacerbou os problemas econômicos da época.

Países altamente industrializados, como Reino Unido, Alemanha e Estados Unidos, sentiram fortemente os efeitos da crise, com fábricas fechando, desemprego crescente e redução significativa na atividade econômica. As nações que dependiam da exportação de produtos agrícolas também foram duramente atingidas, sofrendo com a queda nos preços e o endividamento dos produtores rurais. Essa crise foi fortemente afetada pela crise das ferrovias, uma vez que o setor ferroviário era uma das principais bases da expansão industrial.

Essa série de eventos já destacava as falhas intrínsecas do modelo de liberalismo econômico, que enfatiza a mínima interferência do Estado na economia. A especulação descontrolada e a falta de fiscalização do mercado financeiro abriram caminho para crises profundas e prolongadas.

Nos primeiros anos do século XX, os Estados Unidos da América (EUA) emergiram como uma potência global ao lado das nações europeias e do Japão. Com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, os Estados Unidos desempenharam um papel crucial ao fornecer armamentos e alimentos para os países aliados da Tríplice Entente. Em 1917, após o ataque a navios americanos por parte dos japoneses e a retirada da Rússia da Tríplice Entente, os EUA entraram diretamente no conflito, fortalecendo a posição dos Aliados que eventualmente triunfaram em 1918.

¹ SHAIKH, Anwar. **A Crise Econômica Mundial: Causas e Implicações**, 1985, p.46

A Primeira Guerra Mundial foi mais do que um conflito militar, refletindo uma disputa pela supremacia no mercado global, em um período marcado pelo rápido crescimento industrial de novas potências. O imperialismo, como estratégia dessas nações em expansão, impulsionou uma corrida por novos mercados e recursos, alimentando uma crescente tensão internacional. Ao final do conflito, o cenário mundial foi drasticamente alterado: os Estados Unidos, que escaparam dos piores efeitos da guerra, emergiram como a maior potência econômica global, enquanto a Europa, devastada, enfrentava o desafio da reconstrução e da redução de sua influência no cenário mundial.

Durante o pós-primeira guerra, os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia econômica ao fornecer produtos industriais e conceder empréstimos substanciais aos países europeus, cujas economias estavam arrasadas pela guerra. Essa era uma era de prosperidade e otimismo conhecida como "*Roaring Twenties*", ou "anos loucos", caracterizada por profundas transformações sociais e um boom econômico sem precedentes entre 1925 e 1929.

A ascensão econômica dos Estados Unidos foi impulsionada pelo Fordismo, um sistema de produção que promoveu a especialização do trabalho e a introdução de linhas de montagem. Isso não apenas aumentou a produtividade, mas também reduziu os custos de produção. No entanto, o ritmo acelerado da produção industrial superou a capacidade do mercado consumidor de absorver esses bens, levando a uma acumulação massiva de estoques. Como observado por Coggiola (2008, p. 3) "o crescimento do mercado não acompanhou o ritmo da produção, resultando em uma acumulação de estoques que só poderia ser comercializada através de um financiamento cada vez mais intenso do consumo". Além disso, parte dessa produção não podia ser exportada para a América Latina, tendo em vista que não se tinha estradas, energia etc.

Esse descompasso entre produção e consumo foi um dos fatores fundamentais que culminaram na crise de 1929. Nos Estados Unidos, o estilo de vida consumista, incentivado pelo governo, levou a um aumento desenfreado do consumo de novos produtos. Ao mesmo tempo, a economia crescia rapidamente, com níveis recordes de produção industrial, mas o consumo não conseguia acompanhar o ritmo da oferta.

2.2 Análise da Crise de 1929

A crise de 1929, conhecida como a “Grande Depressão”, é amplamente considerada a maior crise do capitalismo e do liberalismo econômico. Suas consequências duraram muitos anos e tiveram um impacto global significativo, incluindo no Brasil, pois os Estados Unidos eram os maiores compradores de café. A crise resultou na queda drástica dos preços e na importação do produto, além disso, após a queda das bolsas, alguns países suspenderam os compromissos internacionais, resultando na moratória, a exemplo do próprio Brasil.

Ademais, os efeitos dessa crise nos âmbitos social e político foram diversos, destacando-se o aumento do desemprego, que atingiu quase 30% da população estadunidense, a falência de empresas e a redução da produção industrial. Conforme mencionado por Gazier (2009, p. 1): "a Grande Crise dos anos 1930 foi um flagelo cego e generalizado: raros são os países ou grupos sociais poupados, e os mais fechados muitas vezes foram os mais atingidos." Um dos países que não foram atingidos pela crise de 1929 foi a União Soviética, uma vez que não era capitalista.²

Antes da crise de 1929, os EUA eram a maior economia do mundo, com uma indústria superaquecida e um alto acúmulo de riqueza. Esse cenário foi resultado do rápido crescimento econômico após a Primeira Guerra Mundial, que levou a um consumo exagerado de mercadorias e a uma produção ainda maior.

A prosperidade atingiu seu ápice com o término da Primeira Guerra Mundial, houve um forte acúmulo de riqueza e o fluxo de capitais era grandioso, oriundo da poupança nacional e das rendas dos saldos comerciais superavitários durante a guerra (obtidos pela venda de armas à Europa), além de empréstimos de capitais aos europeus. Com o excesso de liquidez, os bancos reduziram sua restrição creditícia para concessão de empréstimos e fizeram o capital girar na forma de novas empresas, abertas aos milhares por jovens ex-soldados ambiciosos e motivados. Rapidamente se fizeram fortunas e começou a surgir uma numerosa classe média tipicamente urbana. A urbanização acelerada ocorreu graças ao complexo sistema de redes de transportes de massas, ao crescimento do setor de serviços, principalmente na área de seguros e finanças, que demandam uma mão-de-obra tipicamente urbana; os principais focos de urbanização se localizavam na Costa Leste, que também se mostrou um centro produtor da indústria automobilística. (COGGIOLA, 2008, p. 1).

No entanto, esse aumento na produção não foi acompanhado por aumentos salariais, mantendo os salários estagnados. Como consequência, uma imensa quantidade de produtos ficou estocada sem uma demanda capaz de absorvê-los financeiramente.

² GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. São Paulo: L&PM, 2009, p. 5

A crise de 1929 foi o reflexo das fragilidades estruturais do capitalismo liberal, que, na época, se fundamentava em teorias econômicas ortodoxas como a *Lei de Say*³. Segundo essa lei, toda oferta geraria sua própria demanda, promovendo um equilíbrio automático no mercado. Esse pensamento alimentou a ideia de que a intervenção estatal era desnecessária, pois o mercado teria a capacidade de se regular sozinho - essa concepção retornou nos anos 1980 como o nome de neoliberalismo. Entretanto, esse ideal de autorregulação ignorava os desequilíbrios internos e as contradições que surgiram à medida que a economia avançava sem controle. A crença de que o capitalismo havia atingido seu auge, desde que o governo não interferisse, cegou tanto economistas quanto políticos para os sinais de que o sistema estava à beira de um colapso.

Nesse contexto, a expansão do mercado de ações, que inicialmente parecia um sintoma de prosperidade, na verdade refletia um problema profundo no sistema. Já informava Marx (1894, p. 169) que o crescimento excessivo de capital na forma de ações era um dos sinais de uma crise capitalista iminente. Ao invés de investir em produção real ou inovação, muitos capitalistas começaram a canalizar seus recursos para a especulação financeira, buscando ganhos rápidos sem a necessidade de aumentar a produção de bens e serviços. Esse desvio de capital do setor produtivo para o setor financeiro criou uma bolha artificial, inflada por expectativas e não por um aumento genuíno na produtividade.

O crédito fácil e a falta de regulamentação contribuíram para essa bolha, permitindo que até mesmo pessoas de classes sociais mais baixas, como trabalhadores comuns, comessem a especular no mercado de ações. Essa euforia econômica foi a marca dos "*Roaring Twenties*" (loucos anos vinte), quando a confiança cega na valorização constante das ações fez com que muitos acreditassem que o crescimento seria infinito. No entanto, o aumento do capital em ações, segundo Marx (1894), é um sintoma da crise, pois indica uma desconexão entre o capital financeiro e o capital produtivo.

Quando essa bolha estourou, ficou claro que a economia não tinha uma base sólida. A superprodução industrial, um dos principais fatores da crise, não encontrou demanda suficiente, exatamente o oposto do que preconizava a *Lei de Say*. A oferta crescente não gerou a demanda esperada e o mercado entrou em colapso. O excesso de capital investido em ações e não em produção real mostrou que a crença na autorregulação do mercado, sem intervenção

³ GOMES, José Menezes. **ENTRE MARX E KEYNES: nem restauração capitalista, nem endividamento público - por uma salda anticapitalista**. R. Pol. Públ. | São Luls - MA | Número Especial | p.87 - 98 | Outubro de 2012

estatal, era insustentável. A crise de 1929, portanto, revelou os limites da política liberal e da teoria ortodoxa, que haviam ignorado a necessidade de um controle mais robusto e de uma regulamentação mais eficaz da economia.

A euforia econômica que dominava a população americana durante os anos 1920 refletia-se no ritmo acelerado de consumo das mercadorias e serviços produzidos internamente. O preço das ações na Bolsa de Valores disparava, impulsionado por um aumento expressivo de compradores e pela superprodução. Essa corrida pelo crescimento criou uma falsa impressão de prosperidade, já que a base desse otimismo era extremamente frágil e insustentável. Os mercados interno e externo não conseguiam absorver o excesso de produtos e serviços, o que já apontava para um desequilíbrio entre oferta e demanda.

Com o passar do tempo, os balanços financeiros começaram a revelar que as expectativas de lucro das empresas não se concretizavam como o esperado. A economia, antes aparentemente sólida, começava a mostrar sinais de instabilidade. Preocupados com a queda da rentabilidade, investidores de diversas classes sociais decidiram vender suas ações. Esse movimento culminou no dia 24 de outubro de 1929, a chamada “Quinta-Feira Negra”, quando mais de 12 milhões de ações foram colocadas à venda, desencadeando uma verdadeira corrida por liquidez⁴.

O efeito previsível aconteceu: as ações começaram a se desvalorizar, o desemprego se tornou generalizado, alcançando quase 30% da população, e houve redução salarial. Isso diminuiu o consumo de mercadorias, causado principalmente pela perda de renda, levando muitas empresas à falência e à redução da produção industrial. O efeito foi devastador, provocando o colapso de grandes setores da economia americana e um impacto em cadeia que se espalhou por outros países, dando início à “Grande Depressão”.

O pânico se torna irremediável na terça-feira 29 de outubro – a Terça-Feira Negra – quando cerca de 16 milhões de ações são vendidas: a baixa das cotações é tão grande que anula de uma só vez as rápidas elevações dos doze últimos meses. A evolução dos três anos entre 1929 e 1932, apesar de não-originada em rupturas de 24 horas como esta, seria igualmente catastrófica. Enquanto o resto do mundo perdia seu interesse por Wall Street, a Bolsa de Nova York se limitava a refletir a queda dos negócios e da produção, como em quase todos os demais mercados financeiros. (GAZIER, 2009, p. 3).

A crise de 1929 demonstrou a fragilidade do sistema econômico baseado no capitalismo e no liberalismo econômico da época. A falta de regulamentação e o excesso de crédito criaram uma bolha especulativa que, ao estourar, teve consequências devastadoras

⁴ GAZIER, Bernard. **A crise de 1929**. São Paulo: L&PM, 2009, p. 6

para a economia global. Nesse sentido, percebe-se que, entre os anos de 1872 e 1896, eventos semelhantes já haviam exposto as vulnerabilidades do sistema econômico de então, pautado no capitalismo e nas ideias de liberalismo econômico, bem como na excessiva concessão de crédito, que gerou uma bolha especulativa que, ao ruir, trouxe consequências graves para as economias de diversos países.

2.2.1 Causas da Crise de 1929

A crise de 1929 foi um dos eventos econômicos mais devastadores do século XX. Suas causas são múltiplas e complexas, refletindo uma combinação de fatores econômicos, financeiros e sociais que levaram ao colapso da economia global.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, em que as nações da Tríplice Entente saíram vitoriosas, os Estados Unidos da América experimentaram um rápido crescimento econômico e um aumento significativo na produção industrial. Entre 1923 e 1929, o país vivenciou uma taxa média de desemprego de apenas 4%. Durante esse período, a produção de automóveis aumentou 33%, o número de indústrias cresceu cerca de 10% e o faturamento do comércio quintuplicou (Coggiola, 2008). Esse cenário de crescimento e prosperidade gerou uma euforia econômica que se refletiu na população, resultando em um consumismo acelerado.

O crescimento interno dos EUA foi acompanhado pelo reforço de sua posição hegemônica mundial; em 1926-1929 o país era responsável por 42,2% da produção mundial de produtos industrializados, e primeiro produtor mundial de carvão, eletricidade, petróleo, aço e ferro fundido, acumulando superávits em seus balanços de pagamentos devido à sua condição de primeiro exportador mundial. A expansão gerada, sustentada pelo consumo baseado no estilo de vida do *American way of life*, entre 1918 a 1928, aliado a um cenário com crédito de fácil acesso, e a Europa fragilizada em virtude da Primeira Guerra Mundial, constituindo um mercado consumidor, incentivou o boom produtivo norte-americano. (COGGIOLA, 2008, p. 3).

O consumismo desenfreado dos anos 1920 foi sustentado, em grande parte, pela expansão do crédito, que ocorria sem qualquer tipo de regulação ou intervenção estatal, conforme preconizava o modelo liberal da época. A facilidade de obtenção de crédito permitia que as pessoas comprassem carros, eletrodomésticos e outros bens de consumo de maneira desenfreada. Além disso, a sua expansão teve um papel crucial no financiamento de diversas atividades econômicas, alimentando ainda mais a euforia econômica.

O caso americano é representativo de uma nova era; a produção anual de automóveis passa de 1,9 milhão de veículos em 1919 para 5,6 milhões em 1929, e a expansão do

petróleo, da borracha e do rádio é tão intensa quanto. Abertura de novas possibilidades de consumo, boom da construção: somente a agricultura continua, em todo o mundo, à margem da prosperidade. (GAZIER, 2009, p. 17).

O boom econômico e a onda de euforia também levaram a um aumento intenso nos investimentos no mercado financeiro. Durante a década de 1920, os investimentos em ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque aumentaram consideravelmente. Muitas pessoas compravam ações esperando que estas se valorizassem para revendê-las posteriormente, um processo que gerou uma especulação financeira massiva. Esse comportamento especulativo fez com que os valores das ações subissem, criando uma falsa sensação de prosperidade.

A amplitude da especulação não deixa dúvidas. Ela exercia uma forte pressão sobre o sistema financeiro internacional, de maneira considerável em Londres, atraindo para Nova York os capitais estrangeiros que serviam para comprar diretamente ações ou financiar as sociedades de investimento ou os *call loans* [...] (GAZIER, 2009, p. 14).

A contínua sensação de prosperidade financeira e a superprodução industrial foram fatores determinantes para o colapso da economia estadunidense. A indústria local produzia mais mercadorias do que o mercado podia absorver, tanto internamente quanto externamente. A oferta excessiva de produtos levou à diminuição dos preços, queda na produção e aumento do desemprego. Essa superprodução, aliada à especulação financeira, resultou em um cenário insustentável.

Faziam-se empréstimos nos bancos para comprar títulos na Bolsa e, diante da procura crescente, os estabelecimentos bancários de Nova York emprestavam a prazo curtíssimo, a juros de 12%, tomando emprestado a 5% ao *Federal Reserve*. Todo o mundo lucrava e a euforia difundia-se com a credulidade geral. Os agentes de câmbio emprestavam a seus clientes aceitando como garantia os títulos comprados [...]. (COGGIOLA, 2008, p. 2-3).

A combinação de superprodução, especulação financeira e falta de regulação culminou na quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. Com a diminuição dos lucros e a paralisação do comércio, as ações começaram a perder valor rapidamente. Em um esforço desesperado para evitar perdas, investidores começaram a vender suas ações em massa, precipitando a queda da bolsa. Esse evento, conhecido como a “Quinta-Feira Negra”, marcou o início da Grande Depressão. Assim, compreende-se que:

[...] a crise dos anos 1930 é gravemente deflacionista em seu andamento, se entendemos deflação no sentido amplo de retração dos indicadores nominais de uma economia: restrições monetárias e financeiras, baixas dos preços e dos rendimentos, recuo da própria atividade industrial. (GAZIER, 2009, p. 17)

A crise de 1929 ilustra características fundamentais do capitalismo. A superprodução industrial, por exemplo, é um reflexo direto da busca incessante por lucros em um mercado competitivo. No capitalismo, empresas buscam constantemente aumentar sua produção para

maximizar seus ganhos, mesmo quando a demanda não acompanha esse ritmo. Isso levou a um excesso de produtos que não podiam ser vendidos, criando um desequilíbrio entre oferta e procura.

2.2.2 Consequências da Crise de 1929

As consequências da crise foram tão devastadoras que marcaram a decadência do liberalismo econômico. Segundo Coggiola (2008), os efeitos foram muito além do aspecto financeiro, afetando profundamente a estrutura econômica e social dos Estados Unidos e de vários outros países:

[...] entre 1929 e 1933, o PIB americano caiu mais de um quarto, o que, hoje, estaria descartado; o desemprego chegou, na década de 1930, até 25% (com muitos dos empregados trabalhando em tempo parcial - e recebendo salário também parcial), hoje só poderia chegar, no máximo, até 10%. Ora, nos maiores “pânicos financeiros” do século XX (1907 e 1929) a análise não pode se limitar aos aspectos “econômicos” da crise de 1929, ignorando suas consequências sociais, políticas (o New Deal e o nazismo) e bélicas (a Segunda Guerra Mundial). A depressão econômica da década de 1930 causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do PIB na maioria dos países, bem como na produção industrial, nos preços de ações e títulos públicos, e em praticamente todo medidor de atividade econômica. Durante essa década o volume do comércio mundial caiu como nunca em qualquer depressão precedente. Houve isolamento relativo das grandes economias nacionais e a formação de blocos econômicos (cujo enfrentamento conduziria à Segunda Guerra Mundial). Durante a guerra, os gastos armamentistas impulsionaram a recuperação econômica, que se prolongou no pós-guerra (a produção de automóveis, por exemplo, voltaria aos patamares de 1929, porém somente em 1949). (COGGIOLA, 2008, p. 1)

Os efeitos da crise para a economia dos Estados Unidos foram imediatos e se espalharam pelo país como um efeito dominó, atingindo diversos setores da economia. Outrossim, outras empresas de diversos setores entraram em processo de falência, o que reduziu o nível de emprego e renda. Desse modo, como várias famílias haviam hipotecado suas casas apostando na valorização dos imóveis, muitas dessas perderam seus bens. Por conseguinte, a renda coletiva das famílias estadunidenses teve uma queda de mais de 25% , o índice das maiores empresas dos EUA sofreu uma desvalorização de cerca de 45%, e o desemprego subiu para 10,1%, maior percentual desde 1983 (Coggiola, 2008).

Esses dados demonstram a magnitude da crise e seu impacto devastador na economia estadunidense. A crise de 1929 teve um efeito catastrófico na vida das pessoas. Milhares de indivíduos perderam instantaneamente todo o seu patrimônio, pois haviam investido na Bolsa de Valores com base em especulações que desapareceram com a quebra da bolsa. O

desemprego em massa levou a um aumento significativo na pobreza e na desigualdade social. Muitos cidadãos do país enfrentaram dificuldades extremas para sobreviver, resultando em um aumento na criminalidade e na desordem social.

Segundo Keynes (1996)⁵, sem uma intervenção ativa por parte do governo para estimular a economia, a recuperação seria lenta e dolorosa. Além disso, a incerteza generalizada geraria uma redução drástica dos investimentos e gastos, o que criaria uma baixa demanda, levando à redução da produção, que, por sua vez, agravaria o desemprego e o enfraquecimento da economia.

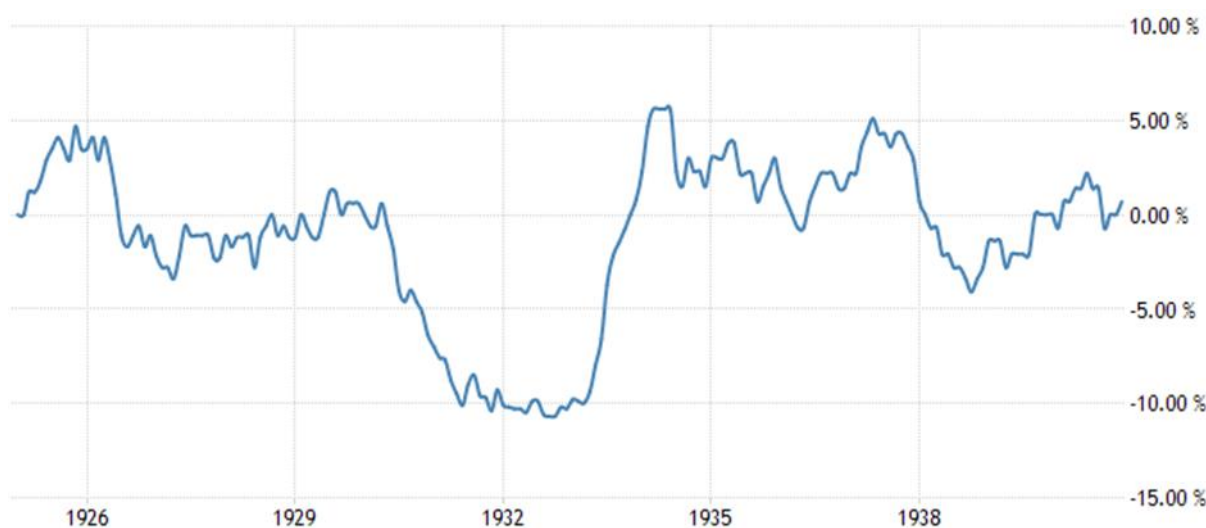
Mazzucchelli (2008) afirma que a resposta insuficiente do Estado para conter a crise ampliou seus efeitos. A falta de intervenção estatal eficaz contrastou com crises posteriores, como a de 2008 – como veremos a seguir –, onde a resposta do Estado foi mais incisiva e coordenada, ajudando a mitigar os impactos econômicos negativos. Na década de 1930, a ausência de políticas econômicas robustas e a demora na implementação de medidas de estímulo exacerbou a crise, prolongando seus efeitos negativos. Somente após a mudança de governo foi possível alterar a política econômica com o *New Deal*.

As respostas iniciais à crise de 1929 (ao contrário das intervenções atuais) foram completamente insuficientes e desastrosas [...]. O resultado foi a propagação das quebras, a contração da produção e a explosão do desemprego. O PIB nominal nos Estados Unidos caiu de US\$ 103,7 bilhões em 1929 para US\$ 56,4 bilhões em 1932, recuperando-se para US\$ 101,3 bilhões apenas em 1939. Entre 1930 e 1933 os Estados Unidos assistiram a três ondas de liquidação bancária que vitimaram nada menos que 11 mil bancos. (MAZZUCHELLI, 2008, p. 61).

Percebe-se, conforme demonstra o gráfico abaixo, uma deflação acentuada a partir do final de 1929, representando uma redução generalizada no nível de preços, consequentemente os preços em queda desestimularam os investimentos do setor privado. Por outro lado, a partir de 1933 há um aumento considerado da inflação, devido as políticas do *New Deal* implementadas pelo presidente Franklin D. Roosevelt.

⁵ KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p. 15-16

Gráfico 1- Taxa de Inflação (Estados Unidos)



Fonte: US Bureau Of Labor Statistics

Devido à interconexão comercial e financeira que muitos países tinham com os Estados Unidos, os efeitos da crise rapidamente se espalharam pelo mundo. A economia de diversos países entrou em recessão, e o desemprego atingiu números históricos globalmente. Países exportadores de matérias-primas, como o Brasil, sofreram com a queda na demanda e nos preços de seus produtos. A retração do comércio internacional e a queda dos fluxos de capital afetaram severamente as economias europeias e latino-americanas. Coggiola (2008) retrata a derrocada nas ações da Bolsa de Valores:

Cerca de 16,4 milhões de ações subitamente foram postas à venda na quinta-feira, 29 de outubro, a “Quinta-Feira Negra”. O excesso de ações à venda, e a falta de compradores, fizeram com que os preços destas ações caíssem em cerca de 80%. Até o final do mês, seguiram-se novas derrubadas de preços e uma onda de falências. Milhares de acionistas perderam, literalmente da noite para o dia, grandes somas em dinheiro. Muitos perderam tudo o que tinham. (COGGIOLA, 2008, p. 5).

No Brasil, as consequências da crise de 1929 foram sentidas profundamente, gerando instabilidade econômica e política, o que abriu caminho para o golpe de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. A crise afetou drasticamente o mercado do café, principal produto de exportação do país, o que gerou um colapso nas receitas governamentais e no setor agroexportador. Com o declínio da oligarquia cafeeira e a fragilidade do modelo agrário-exportador, Vargas implementou uma série de políticas que visavam diversificar a economia, dando início ao processo de industrialização brasileira. Esse período marcou uma transição importante, em que o governo passou a ter um papel mais ativo na economia, incentivando o

desenvolvimento industrial e urbano, com o Estado atuando como um agente regulador e promotor do crescimento econômico.

Como visto, as consequências da crise de 1929 foram profundas e duradouras, evidenciando as fragilidades do sistema capitalista. A crise não apenas desencadeou uma série de colapsos econômicos em diversos setores, mas também provocou mudanças significativas nas políticas econômicas e sociais ao redor do mundo.

2.2.3 Medidas de Recuperação Econômica da Crise de 1929

A resposta política à Grande Depressão veio com a eleição de Franklin Delano Roosevelt, um democrata que derrotou o republicano Herbert Hoover, cuja administração foi amplamente criticada por defender o modelo liberal e por não conseguir conter os efeitos devastadores da crise.

Roosevelt assumiu a presidência em 1933, prometendo uma nova abordagem para reverter o colapso econômico, o que culminou na implementação do *New Deal*. Esse conjunto de políticas econômicas envolvia a intervenção direta do Estado para criar empregos, estabilizar os mercados financeiros e reformar o sistema bancário, entre outras ações. Ao longo dos primeiros anos de sua administração, Roosevelt conseguiu acalmar o caos financeiro e deu início a um processo de recuperação que se tornaria um marco na história estadunidense.

Esse processo de recuperação estava baseado na teoria keynesiana, a qual propõe que o governo desempenhe um papel ativo na economia, especialmente durante períodos de recessão. Para Keynes (1996)⁶, a ideia de que o mercado se autoajusta naturalmente era falha e, em tempos de crise, o investimento privado tende a diminuir, o que contribui para o aumento do desemprego e da retração econômica. Para evitar esse ciclo, ele defendia o aumento dos gastos públicos, estimulando a demanda agregada. Esse estímulo geraria empregos e aqueceria a economia, restabelecendo o crescimento.

Além disso, essa teoria propõe que o governo deveria adotar uma política fiscal expansiva, aumentando gastos e cortando impostos, mesmo que isso gerasse déficits

⁶ KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p. 9.

temporários. Keynes (1996)⁷ acreditava que, ao injetar dinheiro na economia, o governo ajudaria a restaurar a confiança dos consumidores e investidores, criando um ciclo virtuoso de crescimento. Essa abordagem contrastava com as teorias econômicas anteriores, como as de que defendiam austeridade e cortes de gastos em tempos de crise. Desse modo, a teoria keynesiana foi fundamental para o desenvolvimento de políticas como o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt nos EUA.

O *New Deal* se destacou por uma série de programas e agências que buscavam responder ao alto índice de desemprego, à pobreza crescente e ao colapso de setores-chave da economia. Reformas como a criação da *Social Security Administration* (Segurança Social) e a implementação de obras públicas deram suporte imediato à população mais afetada. A construção de obras públicas não só gerou empregos diretos, mas também aumentou a demanda por materiais e serviços, estimulando outros setores da economia. A criação de empregos aumentou a renda disponível das famílias, incentivando o consumo e ajudando a reativar a economia. Essas medidas ajudaram a reverter os piores efeitos da crise e a administração de Roosevelt passou a ser vista como um modelo de liderança em tempos de adversidade econômica, inspirando outras nações a seguir caminhos semelhantes em suas próprias crises.

John Maynard Keynes (1996)⁸ defendia que uma das formas de atingir o pleno emprego era por meio do aumento da demanda agregada, o que ocorreria ao estimular o consumo e o investimento. Ele acreditava que, para alcançar esse equilíbrio, seria necessário enfraquecer o poder dos rentistas, ou seja, aqueles que vivem de renda sem contribuir para a produção. Por isso, ele defendia a chamada "eutanásia dos rentistas". Assim, a ideia central era reduzir as altas taxas de juros que beneficiavam apenas aqueles que lucravam sem gerar valor econômico significativo. Com essa estratégia, o foco seria redirecionar os recursos para atividades mais produtivas, promovendo, conseqüentemente, o crescimento econômico e o bem-estar social.

Essa política defende que, em tempos de recessão econômica, o aumento do déficit público pode ser uma ferramenta eficaz para estimular a economia. A abordagem baseia-se no conceito do multiplicador keynesiano, que sugere que cada unidade de gasto público adicional gera um impacto maior no crescimento econômico do que o montante inicial desembolsado

⁷ KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p. 15-16

⁸ KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p. 12-13

(GOMES, 2012). Ao aumentar os gastos públicos, o governo injeta mais dinheiro na economia, elevando o consumo e a demanda agregada, o que, por sua vez, pode estimular o investimento e a produção. Esse ciclo positivo ajuda a reduzir o desemprego e a reativar a atividade econômica, mesmo que inicialmente resulte em um déficit fiscal.

Para Keynes [...] a crise capitalista seria resolvida a partir do aumento do consumo tendo como base o aumento dos gastos públicos. Ou seja, o Estado era obrigado a recorrer ao aumento da dívida pública para restabelecer as condições da reprodução capitalista. Caberia ao Estado encomendar grandes obras (estradas, pontes, geração e transmissão de energia, habitação), bem como investimentos em saúde, educação e segurança). Elevar os gastos públicos como forma de restabelecer a demanda efetiva foi a resposta de Keynes à depressão de 30. (GOMES, 2012, p. 91 - 92).

O *New Deal* incorporou diversos elementos dessa política. Uma das medidas centrais foi a criação de um sistema de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) que garantiu um salário mínimo para idosos e pessoas consideradas inválidas na época, assegurando uma renda mínima para essas populações.

Além do estímulo ao consumo, o governo aumentou seus investimentos em obras públicas para elevar o número de empregos e, conseqüentemente, o número de consumidores. Com base no tamanho do mercado consumidor, os empresários foram incentivados a ofertar mais postos de trabalho. Para aumentar a competitividade das exportações americanas, o governo desvalorizou a moeda, tornando os produtos americanos mais baratos e atraentes no mercado internacional.

A partir de então, a desvalorização aparece como uma alternativa eficaz e relativamente indolor: baixar a paridade de sua moeda em relação às demais – seja deixando-a flutuar, isto é, deixando as cotações despencarem (na hipótese de a moeda sofrer tensões), seja modificando seu padrão-ouro – é, acima de tudo, evitar uma proteção potencialmente custosa em reservas de metal precioso e reservas cambiais e é substituir a deflação interna por medidas a princípio capazes de estabilizar ou sustentar os preços e a atividade do país; as exportações são estimuladas pela baixa de seu valor em moeda estrangeira, enquanto as importações são encarecidas. (GAZIER, 2009, p. 24)

Além disso, o governo incentivou a produção agrícola, oferecendo subsídios e promovendo políticas de estabilização de preços. Assim, o *New Deal* foi um marco na história das políticas públicas, pois sinalizou o início do Estado de Bem-Estar Social, um modelo que ganhou força após a Segunda Guerra Mundial. Durante os chamados "Trinta Gloriosos", o Estado passou a ter um papel central na promoção do desenvolvimento econômico e no bem-

estar da população, através de políticas de redistribuição de renda, segurança social e estímulo ao emprego.

Entretanto, o liberalismo econômico, que havia perdido força após a crise de 1929, voltou ao debate público nos anos 1980 sob o nome de neoliberalismo. Essa nova abordagem, defendida por líderes como Margaret Thatcher (primeira-ministra britânica) e Ronald Reagan (presidente dos EUA), rejeitava a intervenção estatal ampla e propunha uma redução significativa do papel do governo na economia, enfatizando a importância do mercado livre, da desregulamentação e das privatizações. Desse modo, o modelo de bem-estar social entrou em declínio em muitos países, sendo substituído por uma nova fase de políticas que priorizavam o controle da inflação e o equilíbrio fiscal em detrimento das políticas sociais expandidas das décadas anteriores.

Esse retorno do liberalismo, sob a forma de neoliberalismo, foi devido aos problemas econômicos que os EUA estavam passando na época. Entre esses problemas, estão: estagnação econômica, inflação elevada, também conhecida como "estagflação", e uma crescente dívida pública. Essas circunstâncias contribuíram para o surgimento do neoliberalismo, o qual defendia uma limitação do papel do Estado na economia, priorizando mecanismos de mercado como reguladores da atividade econômica. Nesse contexto, o governo, ao enfrentar déficits crescentes, viu no neoliberalismo uma maneira de controlar as contas públicas, o que resultou na redução de gastos sociais e em uma política fiscal mais austera. Nesse sentido, o presidente dos EUA, Ronald Reagan, adotou medidas rigorosas de controle da inflação, em grande parte através do aumento das taxas de juros promovido pelo *Federal Reserve*, entretanto essas altas taxas provocaram uma recessão no país.

Além disso, Reagan também promoveu cortes nos impostos, desregulamentações e privatizações, com a crença de que essas ações estimulariam o crescimento do setor privado e diminuiriam o peso do Estado na economia, entretanto essas medidas ampliaram as desigualdades econômicas. Dessa forma, limitou-se o poder de compra de boa parte da população, enquanto concentrava riqueza nas mãos de uma minoria. A fragilidade do consumo das classes médias e baixas gerou ciclos de crescimento econômico mais dependentes do crédito fácil e da especulação do que um crescimento produtivo.

3 Crise de 2008

3.1 Contexto Histórico Antes da Crise de 2008

Antes da crise global de 2008, o sistema capitalista passou por várias turbulências que revelaram fragilidades nos mercados internacionais. Em 1987, os Estados Unidos enfrentaram o chamado "*Black Monday*", um colapso repentino no mercado de ações que causou pânico mundial, mas do qual se recuperou relativamente rápido. Essa crise revelou as vulnerabilidades associadas ao mercado de capitais e à falta de regulamentação financeira. Além disso, expõe-se a fragilidade das “livres forças de mercado” diante dos movimentos abruptos de venda, quando o mecanismo de *circuit breaker* foi implementado, o qual interrompe o pregão quando há uma queda de 10%, uma vez que esse mecanismo reflete uma intervenção direta em mercados que, na teoria neoliberal, deveriam operar sem restrições. Mais tarde, no final da década de 1990, a explosão da bolha da internet, ou "bolha ponto com", representou outra crise significativa, onde o valor de muitas empresas de tecnologia, altamente superestimado, despencou quando os investidores perceberam que os retornos esperados não se concretizariam.

Antes dessas crises, os Estados Unidos também enfrentaram uma recessão econômica em 1991, marcada por uma queda no consumo e no investimento. Simultaneamente, no cenário internacional, a desintegração da União Soviética e a subsequente restauração capitalista nos países do antigo bloco socialista significaram uma reconquista de mercados e oportunidades econômicas para os EUA e outras potências ocidentais. Esse evento foi visto como uma vitória para o capitalismo e um marco da nova ordem mundial, ampliando as fronteiras de atuação do capital internacional, especialmente em regiões que anteriormente estavam sob influência comunista. Neste processo, ocorre a expansão do capital fictício, a desregulamentação financeira e o desenvolvimento dos derivativos, os quais intensificaram os riscos e a volatilidade dos mercados.

Entretanto, as crises não ficaram limitadas às grandes potências. Na década de 1990, uma série de crises financeiras atingiu a periferia do sistema capitalista, como a crise do México em 1995 e a crise asiática em 1997, que abalaram economias emergentes e demonstraram a interconexão dos mercados globais. Em 1998, a crise se deslocou para a Rússia, que, em meio à transição para o capitalismo, enfrentou uma grave crise, resultando em um calote da dívida.

Na década de 90, o Brasil enfrentava uma hiperinflação e, em junho de 1994, a inflação acumulada em doze meses atingiu 4.922%. Em resposta, o Plano Real foi implementado, introduzindo a nova moeda, o Real, em julho de 1994. O plano teve êxito em conter a hiperinflação, reduzindo-a para 22% em 1995⁹. A âncora cambial atrelada ao dólar, adotada no Plano Real, ajudou a diminuir a inflação e aumentar a confiança dos investidores externos. No entanto, essa medida causou um aumento do endividamento externo e uma elevação dos juros em dólar. Além disso, o plano trouxe consigo outras séries de medidas que impactaram profundamente a economia brasileira, como a abertura comercial, a sobrevalorização do real, altos juros e o avanço das privatizações. Essa abertura econômica serviu para escoar parte do excedente de mercadorias dos países industrializados.

Essas mudanças ajudaram a estabilizar a inflação, mas também começaram a moldar um novo cenário para o país. A abertura às importações e o real forte afetaram a competitividade da indústria nacional, já que produtos estrangeiros, mais baratos, inundaram o mercado, acelerando o processo de desindustrialização. Ao mesmo tempo, o Brasil passou a depender mais de setores primários, intensificando a reprimarização da economia, com o agronegócio e a exportação de commodities ganhando espaço.

Em 1999, a âncora cambial chegou ao fim e o Brasil adotou um regime de câmbio flutuante, onde a cotação das moedas passou a variar conforme a oferta e demanda, sem uma taxa fixa estabelecida pelo Banco Central. Simultaneamente, foi implementado o regime de metas de inflação, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e executado pelo Banco Central. Esse regime contribuiu significativamente para evitar uma nova hiperinflação no Brasil.

A partir de 2003, o ciclo de alta das *commodities* no mercado internacional favoreceu o crescimento das exportações de bens primários, como soja, minério de ferro e petróleo. Esse aumento de receitas foi essencial para a criação de políticas sociais e o fortalecimento das reservas internacionais. Entretanto, apesar desse impulso, a desindustrialização se aprofundou, com a participação da indústria no PIB diminuindo, tornando o Brasil mais dependente do agronegócio e das exportações de *commodities*, ao invés de uma economia industrializada e diversificada.

⁹ BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Real**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>

A crise mexicana de 1995, causada em parte pela âncora cambial do peso com o dólar, introduzida no México pelo Plano Azteca, resultou em um aumento das importações e déficit na balança de pagamentos, levando à falência de indústrias mexicanas. A crise mexicana afetou negativamente os títulos dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, que elevou sua taxa de juros para conter os efeitos dessa crise. Contudo, essa alta taxa de juros desestimulava o consumo e dificultava o crescimento econômico, apesar de atrair investimentos estrangeiros fictícios e não produtivos.

A crise asiática de 1997, também conhecida como "crise dos tigres asiáticos", teve início na Tailândia e, a partir daí, rapidamente se espalhou por diversos países do Sudeste Asiático, como Coreia do Sul, Malásia, Indonésia e Filipinas. Ela foi desencadeada pela súbita desvalorização da moeda tailandesa, o baht, que, por sua vez, enfrentava pressão devido ao aumento da dívida externa e à insuficiência de reservas para sustentar a taxa de câmbio fixa em relação ao dólar americano. Como resultado, o colapso da moeda tailandesa provocou uma onda de desvalorizações cambiais nos países vizinhos, o que gerou forte instabilidade nos mercados financeiros e recessões econômicas. Além disso, a crise revelou vulnerabilidades estruturais nas economias da região, pois essas dependiam de elevados níveis de investimento estrangeiro, o que acabou agravando a situação econômica de toda a Ásia.

A interrupção do crescimento dos Tigres Asiáticos e a desvalorização de suas moedas provocaram uma fuga de capitais, que se direcionaram para países emergentes como Brasil e Rússia. A entrada de capitais especulativos na economia russa resultou em uma drástica diminuição das reservas cambiais, agravada pela queda dos preços das *commodities*. Em 1998, a Rússia declarou moratória, desvalorizando sua moeda em aproximadamente 30% em um único dia (MEDEIROS, 1998). O Brasil também recebeu uma quantidade significativa de capitais especulativos, gerando um déficit nas transações correntes e necessitando de empréstimos elevados do Fundo Monetário Internacional (FMI), aumentando o endividamento externo.

Tem sido comum no caso da crise recente da Ásia a hipótese de que a crise cambial teria sido precedida e determinada por uma crise financeira baseada na valorização de ativos, alavancagem especulativa de créditos e aumento da fragilidade das empresas e bancos. Em condições de reduzido controle sobre os fluxos de capitais, a especulação contra a moeda é o desaguadouro inevitável deste processo. Nestes termos, a crise das economias asiáticas decorreria essencialmente dos processos caóticos decorrentes da globalização financeira em economias com moedas instáveis com elevado grau de autonomia dos fundamentos macroeconômicos (...). No entanto, no caso latino-

americano do início da década, foram a exógena e violenta mudança nas taxas de juros internacionais, a contração abrupta no financiamento internacional e a deterioração dos termos de troca que efetivamente impuseram severa crise cambial. A crise no Cone Sul ocorreu quando se superpôs uma crise no acesso ao financiamento internacional a uma trajetória de endividamento especulativo e, portanto, de fragilização dos passivos das empresas e bancos. (MEDEIROS, 1998, p. 154-155).

A crise da bolha da internet, também conhecida como a bolha das empresas ponto com, foi um fenômeno que abalou o mercado financeiro no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Esse período foi marcado pelo rápido crescimento das empresas de tecnologia e internet, impulsionado por um entusiasmo exagerado e pela crença de que essas companhias trariam retornos exorbitantes a curto prazo. Como resultado, investidores eufóricos passaram a valorizar *startups* que, apesar de terem pouca ou nenhuma receita, apresentavam promessas de crescimento potencial. Dessa forma, essa expectativa de lucros rápidos resultou em uma valorização desproporcional das ações dessas empresas.

No entanto, quando ficou claro que muitas delas não conseguiam gerar lucros reais, os investidores, temendo prejuízos, começaram a retirar seu capital, o que provocou uma queda abrupta no mercado e levou várias dessas empresas à falência. Essa crise teve impactos profundos na economia, resultando em perdas bilionárias, gerando desconfiança nos mercados financeiros.

Em 2003, para combater os efeitos da crise da bolha da internet, o *Federal Reserve* (FED) baixou a taxa para 1% ao ano, facilitando o crédito (TORRES, 2015). Esses eventos prepararam o terreno para o deslocamento das crises das economias periféricas para o epicentro capitalista, culminando na crise de 2008, que começou nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo.

A crise subprime se tornou visível a partir dos primeiros meses de 2007. Sua origem remonta ao início da década de 2000, quando houve o estouro de outra onda especulativa, a “bolha da internet”. Em consequência das perdas acumuladas no mercado acionário americano, muitos investidores resolveram reorientar suas aplicações para investimentos considerados mais seguros, no chamado “setor real”. Uma das principais escolhas corresponde aos imóveis, segmento que havia mantido um crescimento secularmente próximo ao da inflação [...]. Essa mudança se deu em um cenário em que o Fed promoveu uma redução nos juros com o objetivo de amortecer as perdas geradas pelo estouro da bolha da internet e pelo atentado de 11 de setembro a Nova Iorque. A taxa básica do banco central americano, o Fed, caiu de 6,4% a.a. de dezembro de 2000 para 1,8% a.a. em dezembro de 2001. As taxas de

juros reais tornaram-se negativas e assim permaneceram até o final de 2005 [...]. Diante dessa “febre especulativa” generalizada, o Fed decidiu deter a inflação dos bens e serviços e dos ativos. A taxa básica de juros norte-americana foi sendo gradativamente elevada, saindo de um patamar de 1% a.a., em maio de 2004, para 5,25% a.a., em junho de 2006. A contraparte deste aperto monetário foi, a partir de 2007, uma desaceleração nas vendas de imóveis seguida por uma sensível queda em seus preços. Isto inviabilizou a continuidade do processo de refinanciamento das hipotecas subprimes. Não havia mais base econômica para se realizar operações desta natureza. Com isto, os imóveis começam a ser retomados, e algumas empresas diretamente envolvidas nessas transações e mesmo bancos quebraram. (TORRES, 2015, p. 18-20)

A crise capitalista se manifestou em várias etapas ao longo desse tempo, e uma de suas faces mais visíveis foi a bolha imobiliária. O deslocamento de capitais para o setor de imóveis é, em si, um reflexo de dificuldades no setor industrial, pois os investidores buscam alternativas mais rentáveis em tempos de estagnação industrial. A crise de 2008, que teve seu epicentro nos Estados Unidos, é um exemplo clássico desse fenômeno. A especulação desenfreada no mercado imobiliário, alimentada pela concessão massiva de empréstimos de alto risco, como as hipotecas *subprime*, inflacionou artificialmente os preços dos imóveis. Com o tempo, essa valorização não correspondia ao valor real dos ativos, gerando um colapso que afetou a economia global.

A crise capitalista global de 2008 aprofundou esse movimento. Enquanto países do mundo desenvolvido enfrentavam recessão, a China seguia com crescimento acelerado, aumentando sua demanda por matérias-primas brasileiras, como soja, minério de ferro e petróleo. Assim, a China se consolidou como o maior parceiro comercial do Brasil, superando os tradicionais mercados dos EUA e da Europa. Esse cenário favoreceu o agronegócio e a exportação de *commodities*, mas enfraqueceu ainda mais a indústria nacional, que perdeu competitividade no mercado global. O crescimento do setor primário, que emprega menos mão de obra e concentra riqueza, acentuou a desigualdade, dificultando a distribuição de renda e aprofundando o processo de reprimarização econômica.

3.2 Análise da Crise de 2008

A crise econômica de 2008, frequentemente considerada a pior desde a Grande Depressão de 1929, teve um impacto global significativo. Esse evento financeiro, conhecido como a bolha imobiliária, teve origem nos Estados Unidos. A bolha foi resultado de uma expansão excessiva de crédito permitindo que indivíduos sem qualquer comprovação de renda obtivessem financiamento imobiliário. Isso aconteceu devido ao avanço da ideologia neoliberal que promoveu a desregulamentação dos mercados financeiros, reforçou a confiança na capacidade autorreguladora do mercado e reduziu o papel do Estado

[...] tudo isto pode ocorrer porque os sistemas financeiros nacionais foram sistematicamente desregulados desde que, em meados dos anos 1970, começou a se formar a onda ideológica neoliberal ou fundamentalista de mercado. Para ela os mercados são sempre eficientes, ou, pelo menos, mais eficientes do que qualquer intervenção corretiva do Estado, e, portanto, podem perfeitamente ser autorregulados. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 134)

Nesse contexto, o aumento na demanda pelos financiamentos imobiliários levou à supervalorização dos preços dos imóveis. Em outras palavras, os preços dos imóveis não refletiam seu valor real, sendo predominantemente especulativos. Esse fenômeno, em que os preços se tornam desconectados do valor material ou da utilidade dos ativos, ocorre também com ações de diferentes setores, levando ao chamado "capital fictício". Esse capital se forma quando o valor de mercado das ações é calculado apenas com base em expectativas e cotações, sem vínculo direto com a produção real ou com a rentabilidade concreta das empresas. Desse modo, o valor de mercado que é uma das representações do capital fictício despencou, em decorrência dos efeitos da crise, US\$ 64,5 trilhões em 2007 para US\$ 34,90 trilhões, em 2008, uma perda de mais de 45%, mesmo com a utilização do mecanismo circuit breaker.

Outro componente do capital fictício, que é representado pelo valor de mercado ou valor acionário, e é estimado pela multiplicação do número de ações de cada empresa pela cotação dessa ação, sofreu uma redução após 2007, mas não tão importante quanto deveria. Em termos mundiais, o valor acionário, que tinha chegado a US\$ 64,5 trilhões em 2007, caiu para US\$ 34,90 trilhões, em 2008, uma redução de 46,0%. Na área do Euro e na União Europeia, a queda foi maior, de 50,8% e 51,5% respectivamente. Entre 2008 e 2010, os valores acionários sofreram uma recuperação por toda a parte, mas sofreu nova queda em 2011. A recuperação foi, em grande parte, fruto das políticas de salvamento dos bancos nos Estados Unidos, Reino Unido e Europa, em que os governos lançaram mão de emissão de moeda e monetização de títulos da dívida para comprar títulos desvalorizados (derivativos tóxicos) ou ações dos ativos bancários. Considerando os

principais países capitalistas ocidentais, o comportamento do mercado acionário foi muito parecido: entre 2007 e 2008, a queda foi de 41,2% nos Estados Unidos, de 52,0% no Reino Unido, de 47,4% na Alemanha e de 46,1% na França. Todos esses países recuperaram uma parte importante do capital fictício nos dois anos seguintes, mas sofreram igualmente quedas em 2011. Esse capital fictício, estimado em relação ao PIB, chegou a 181,9% no mundo e 305,2% nos Estados Unidos, no auge da expansão financeira em 2007, e fechou 2011 com 98,0% e 203,7% do PIB, respectivamente. (MARQUES, NAKATANI, 2013, p. 68-69).

Tabela 1 - Valor de Mercado das empresas cotadas nas Bolsas de Valores

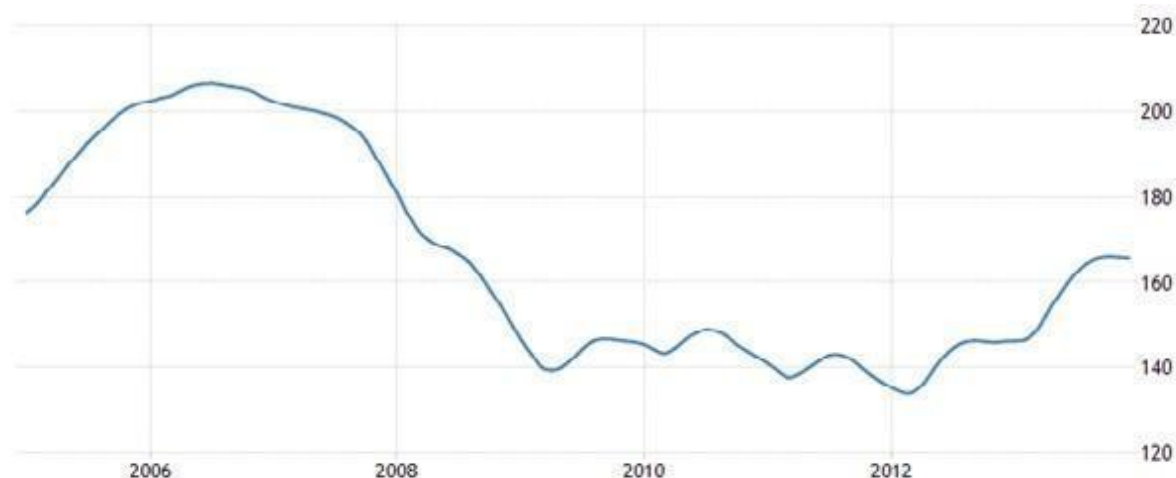
Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Área do Euro	6.357	8.651	10.475	5.155	6.148	6.277	5.483
União Européia	10.199	13.545	15.632	7.582	9.823	10.504	7.565
Mundo	43.319	53.375	64.575	34.901	47.380	54.511	45.083
Alemanha	1.221	1.638	2.106	1.108	1.298	1.430	1.184
Brasil	475	711	1.370	589	1.167	1.546	1.229
Espanha	960	1.323	1.800	946	1.297	1.172	1.031
EUA	16.971	19.426	19.947	11.738	15.077	17.139	15.641
França	1.759	2.429	2.771	1.492	1.972	1.926	1.569
Grécia	145	208	265	90	55	73	34
Itália	798	1.027	1.073	521	317	318	431
Portugal	67	104	132	69	99	82	62
Reino Unido	3.058	3.794	3.859	1.852	2.796	3.107	1.202

Fonte: World Bank

Outro ponto a se destacar foi a de que à medida que a procura por imóveis crescia, muitos americanos adquiriam propriedades e as hipotecavam para comprar ainda mais imóveis, o que contribuiu para o aumento da especulação. Eventualmente, a bolha estourou, resultando em uma queda abrupta dos preços dos imóveis.

[...] a causa direta da crise foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável, para credores que não tinham capacidade de pagar ou que não a teriam a partir do momento em que a taxa de juros começasse a subir como de fato aconteceu. E sabemos também que esse fato não teria sido tão grave se os agentes financeiros não houvessem recorrido a irresponsáveis “inovações financeiras” para securitizar os títulos podres transformando-os em títulos AAA por obra e graça não do Espírito Santo, mas de agências de risco interessadas em agradar seus clientes. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 133-134)

Gráfico 2 - Índice de Preços de Imóveis S&P/CS (Estados Unidos)



Fonte: Standard & Poor's

Esse cenário gerou uma alta inadimplência, uma vez que o aumento dos preços dos imóveis não foi acompanhado por um crescimento proporcional na renda da população. Além disso, a concessão de crédito de alto risco aumentou o endividamento das famílias de baixa renda. Nesse ponto, é importante destacar que a redução das oportunidades de emprego e a queda dos salários, resultado da desregulamentação do mercado de trabalho, desempenharam um papel central nesse processo. Essas mudanças enfraqueceram a estabilidade financeira de muitos trabalhadores, dificultando o acesso a melhores condições de vida e aumentando o endividamento familiar. Ao mesmo tempo, o desmonte gradual do Estado de bem-estar social, que havia sido implementado após a Segunda Guerra Mundial, retirou muitas das proteções e apoios que antes ofereciam uma rede de segurança para a população mais vulnerável, ampliando ainda mais o número de pessoas em situação de precariedade econômica.

A política de juros praticada pelo Banco Central dos Estados Unidos também contribuiu para elevar a demanda, causando uma valorização dos imóveis e um consequente aumento nos preços no mercado imobiliário. Outrossim, muitos dos empréstimos concedidos pelos bancos eram de alto risco, e diversos devedores não conseguiram honrar seus pagamentos. Isso levou à descapitalização dos bancos, que ficaram sem capital de giro e incapazes de financiar outras operações, como empréstimos adicionais, pagamento de funcionários e outras despesas operacionais.

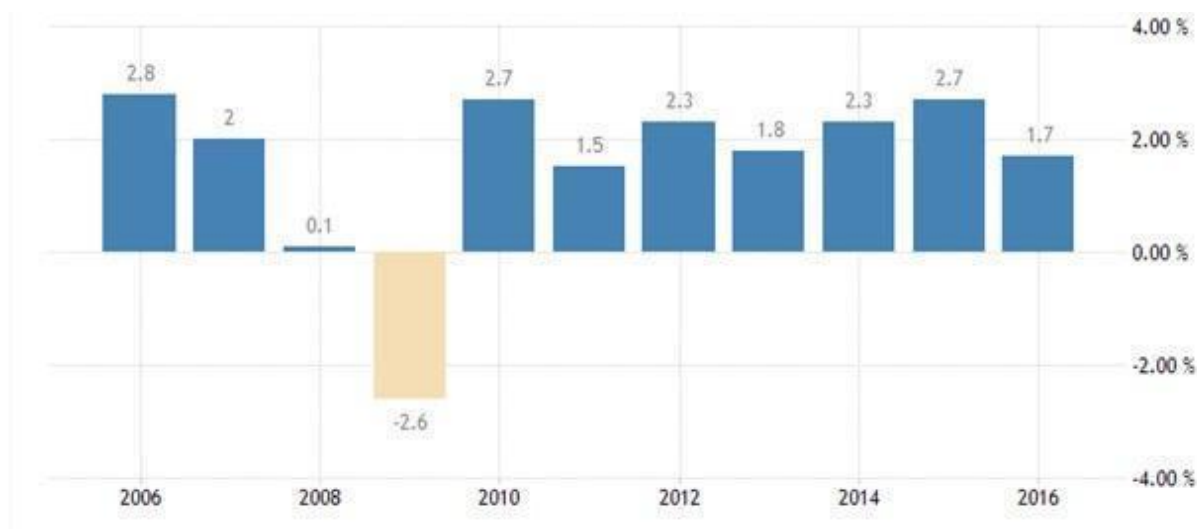
Um exemplo ilustrativo seria um indivíduo com baixa renda que, devido à ausência de necessidade de comprovação de renda, obtinha um financiamento imobiliário cujas parcelas mensais quase totalizavam sua renda. Posteriormente, o valor do imóvel adquirido era

significativamente inferior ao preço pago, e com o aumento dos custos e do valor do financiamento, o indivíduo não conseguia pagar suas dívidas com o banco nem vender o imóvel.

O sistema financeiro vendeu a dívida que carregava dos “subcidadãos” para as superinstituições, remunerando-as com elevadas taxas de juros, proporcionais ao risco da operação. Quando foi percebido que a dívida dos de baixo não estava sendo validada, decidiu-se vender o papel lastreado na capacidade de pagamento dos “subcidadãos”. Quase que simultaneamente, todos tomaram a mesma decisão. Por razões óbvias, os papéis passaram a valer quase nada. Quando os preços de ativos entram em deflação aguda, diz-se, então, que o mercado entrou em crise de liquidez. (SICSÚ, 2009, p. 144)

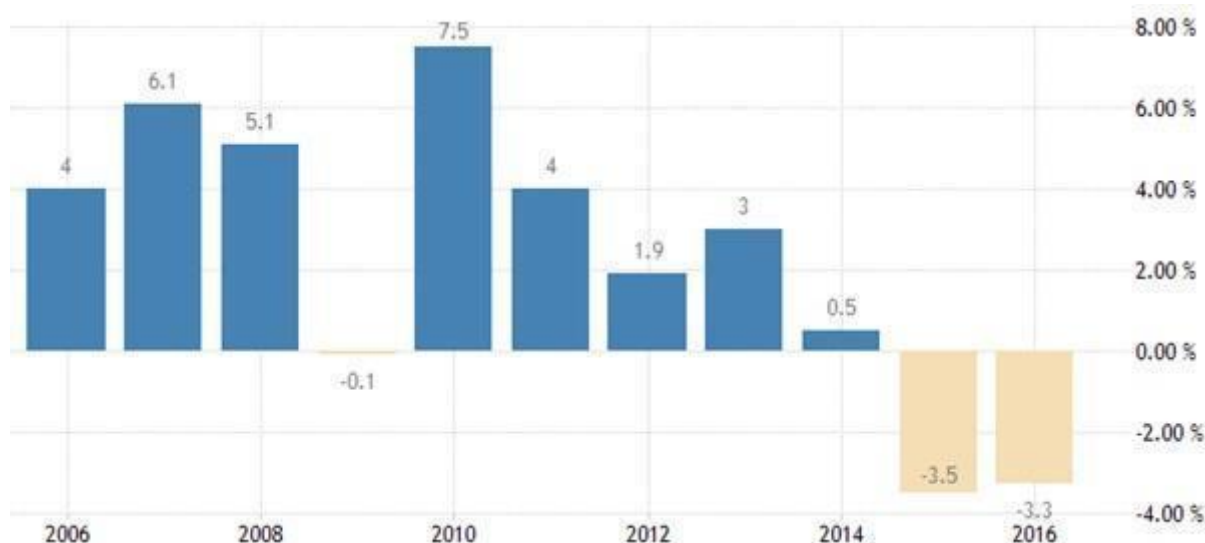
Um marco significativo dessa crise ocorreu em 15 de setembro de 2008, na chamada "segunda-feira negra", quando o Lehman Brothers, um dos bancos de investimento mais tradicionais dos Estados Unidos, declarou falência. Esse evento levou à queda das bolsas de valores em todo o mundo. Subsequentemente, outros bancos anunciaram perdas bilionárias, resultando em uma constante instabilidade no mercado financeiro. Em resposta, governos de diversos países implementaram planos de resgate econômico, injetando bilhões de dólares nos bancos, enquanto esses bancos continuavam executando as hipotecas daqueles que deram as casas como garantia de novos empréstimos. No entanto, essas medidas governamentais não foram suficientes para evitar a recessão e o aumento do desemprego.

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto - PIB (Estados Unidos)



Fonte: Bureau Of Economic Analysis

Gráfico 4 - Produto Interno Bruto - PIB (Brasil)



Fonte: IBGE.

3.2.1 Causas da Crise de 2008

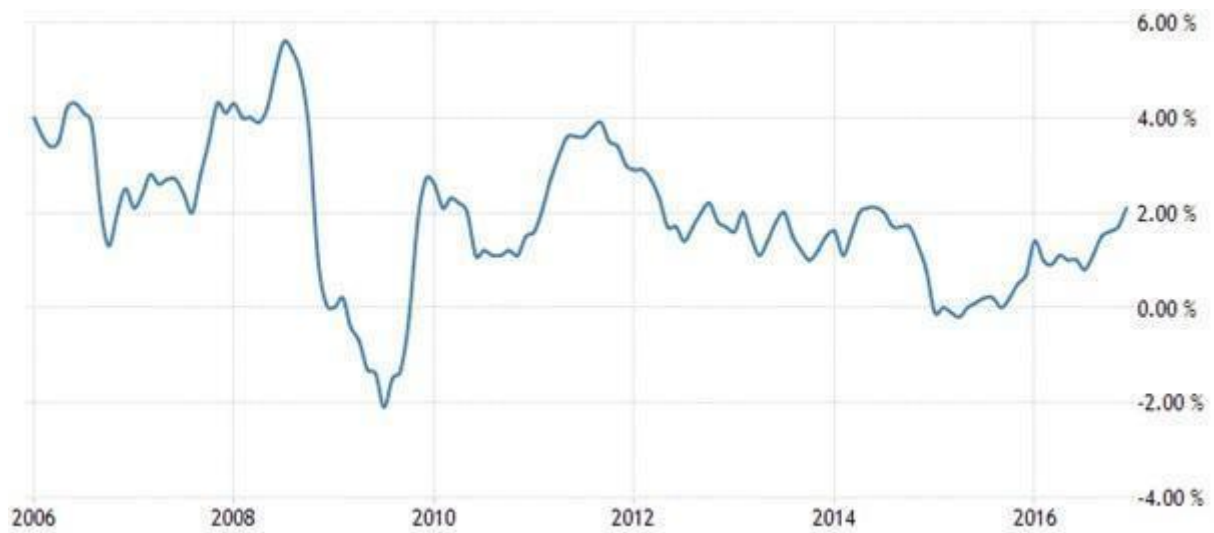
A crise capitalista de 2008 não foi um evento isolado, mas o resultado de uma série de acontecimentos ao longo das décadas anteriores, em que vulnerabilidades econômicas globais se tornaram evidentes. Para entender esse colapso, é preciso voltar ao cenário das crises que o antecederam. Em 1995, a crise mexicana que expôs a vulnerabilidade dos mercados emergentes a fluxos de capital especulativos, enquanto a crise asiática de 1997 destacou como a rápida retirada de capitais de mercados emergentes pode desestabilizar economias inteiras. Logo depois, em 1998, a Rússia enfrentou um colapso financeiro ligado à entrada de capitais especulativos na sua economia e sua dependência das commodities, resultando em uma drástica diminuição das reservas cambiais agravada pela queda dos preços das commodities. Em 2000, a explosão da bolha da economia ponto com nos Estados Unidos evidenciou os riscos de uma especulação desenfreada. Todos esses eventos, juntos, criaram uma base frágil que foi sobrecarregada pelas práticas de empréstimos subprime nos EUA, resultando em uma crise que atingiu proporções globais em 2008.

Essa crise abalou a estrutura global do capitalismo e foi resultado de uma dinâmica de excesso de oferta no setor imobiliário, alimentada pela especulação e pela ampla oferta de crédito. A crença na valorização contínua dos preços estimulou a concessão de empréstimos

em grande escala. Contudo, a partir de 2005, o aumento gradual dos juros, que alcançaram 5,25% em 2007, elevou significativamente os custos dos financiamentos, o que impactou a capacidade das famílias de honrar suas dívidas. Isso resultou em uma onda de inadimplência que não só afetou o setor imobiliário, mas revelou as contradições internas do capitalismo, expondo um sistema incapaz de manter seu próprio equilíbrio diante de crises de superprodução.

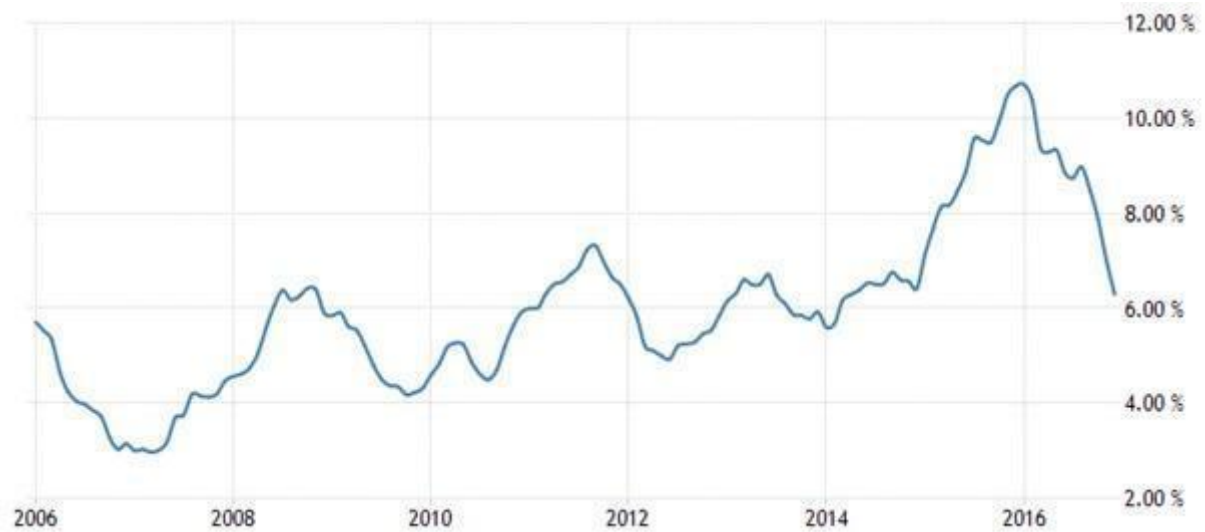
Por volta de 2005, ficou evidente que o boom imobiliário era insustentável. A diferença entre renda e dívida começou a aumentar, exacerbada pelo aumento dos preços da energia nos mercados globais, que por sua vez impulsionaram a inflação.

Gráfico 5 - Taxa de Inflação (Estados Unidos)



Fonte: Us Bureau Of Labor Statistics

Gráfico 6 - Taxa de Inflação (Brasil)



Fonte: IBGE

Esse cenário pressionou os tomadores de empréstimos, muitos dos quais lutaram para pagar suas hipotecas. A queda subsequente nos preços dos imóveis levou a um colapso nos valores dos ativos mantidos por muitas instituições financeiras. O setor bancário dos EUA chegou à beira do colapso, necessitando de resgates governamentais para evitar um desastre maior.

As operações de financiamento imobiliário ao grupo de “subcidadãos” eram de alto risco por estarem garantidas pelo trabalho, por vezes, informal e por rendas, potencialmente, variáveis. E, finalmente, chegou o dia em que as garantias evaporaram. Chegou o dia em que as prestações da casa própria não puderam mais ser pagas. Uma das formas de pactuação dos sonhos foi estabelecer contratos de financiamento imobiliário com juros altos, mas com percentuais diferenciados ao longo do tempo. No começo do contrato, as taxas de juros eram baixas, depois eram muito altas para compensar a redução da primeira fase. Até o final de 2006, a maior parte dos contratos ainda estava na fase de juros mais baixos (e, portanto, a inadimplência era reduzida). Posteriormente, na fase de juros mais altos, a prestação elevada não cabia no rendimento dos “sub-cidadãos” e os empréstimos deixaram de ser validados. Esse é o desenho da crise de crédito que atingiu a economia norte-americana. (SICSÚ, 2009, p. 144)

A bolha imobiliária foi formada, em parte, pelo capital fictício, que é uma forma de capital que não está diretamente ligada à produção real de bens e serviços, e cuja valorização depende de expectativas futuras e não de uma base concreta na economia real. Nesse sentido, ocorreu um aumento especulativo dos preços dos imóveis, que não refletiam seu valor real, mas sim uma valorização artificial desses preços. Esse aumento nos preços dos imóveis não tinha uma base sólida de valorização real nem de demanda qualificada, ou seja, os preços

subiam sem refletir o valor intrínseco da propriedade e o poder aquisitivo da população, criando uma “bolha” especulativa que não se sustentou. Nesse sentido, a política de juros baixos permitiu que diversos bancos expandissem o crédito imobiliário, atraindo consumidores e aumentando a demanda por imóveis. Essa alta demanda, não baseada em uma valorização real das áreas, elevou ainda mais os preços dos imóveis e, conseqüentemente, os valores dos financiamentos. Esse aumento desenfreado de demanda não estava acompanhado por uma melhora proporcional nas rendas das famílias, e com os valores dos financiamentos crescendo, resultaram em uma relação perigosa entre crédito fácil e capacidade de pagamento limitada. Desse modo, a especulação e o crédito acessível criaram um ciclo que se tornou insustentável, contribuindo para o estouro da bolha imobiliária.

Outro fator determinante foi a prática ilegal das instituições financeiras de camuflar ativos de alto risco, classificando-os como investimentos de baixo risco. Muitos americanos conseguiram empréstimos hipotecando suas casas, atraídos por ofertas que pareciam vantajosas, mas que se tornavam mais caras ao longo do tempo. Evidentemente, muitos tomadores não tinham condições de pagar suas dívidas. Os bancos, por sua vez, negociaram essas hipotecas no mercado financeiro como se fossem investimentos seguros e altamente rentáveis.

Instituições financeiras que não foram atingidas tão diretamente pela crise estão temerosas, decidiram retrair seus negócios: afinal, ao negociar um ativo, o devedor potencial pode ser um “subcidadão” oculto ou uma superinstituição em crise, mas sem sintomas externos. Se isto vale para o sistema financeiro, vale também para setor real da economia. Quem tinha planos de investimento em capital produtivo vai mantê-los na gaveta. O trabalhador sujeito a risco de renda (desemprego) vai reduzir a demanda para fazer um fundo de precaução. Portanto, o risco agora é de que haja uma quarta crise: uma crise de demanda por mão-de-obra, bens de consumo e capital produtivo. (SICSÚ, 2009, p. 145)

A fragilidade desses investimentos tornou-se evidente com o aumento acentuado da inadimplência, levando as instituições financeiras a uma grave descapitalização e prejuízos financeiros alarmantes. Sem capital suficiente para manter suas operações, os bancos enfrentaram uma crise que rapidamente se espalhou pelo sistema financeiro global.

3.2.2 Consequências da Crise de 2008

A crise de 2008 evidenciou não apenas as fragilidades do sistema financeiro global, mas também expôs as contradições inerentes ao neoliberalismo e suas políticas. Diferente da resposta adotada após a crise de 1929, que se baseou em políticas anticíclicas para reaquecer a

economia, a solução encontrada em 2008 foi o endividamento dos Estados, visando resgatar grandes conglomerados capitalistas. Esse movimento, ao invés de estimular uma recuperação econômica mais equilibrada, resultou em um aprofundamento dos ajustes fiscais, com o objetivo de lidar com o aumento substancial da dívida pública gerada pela própria crise. O aumento substancial dessa dívida foi devido, em grande parte, à injeção de dinheiro público para resgatar os bancos que foram os responsáveis por essa crise. Com isso, os EUA elevaram sua dívida interna em cerca de 76%, entre o período de 2007 a 2011, Reino Unido em 53% e a Alemanha em quase 40%, enquanto que os bancos passaram a ter lucros ano após ano em decorrência dos vultuosos resgates financeiros.

Tabela 2 - Títulos da Dívida interna dos governos (US\$ Bilhões)

Países Selecionados	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Todos os governos	22.165	24.152	26.772	29.441	34.018	38.887	41.059
Alemanha	1.072	1.223	1.393	1.364	1.548	1.725	1.919
Brasil	419	512	694	546	804	949	957
Espanha	407	449	496	449	604	629	737
EUA	5.918	6.230	6.593	7.895	9.472	11.154	11.606
França	1.080	1.209	1.405	1.437	1.693	1.662	1.941
Grécia	207	244	299	182	181	159	172
Itália	1.324	1.539	1.772	1.780	1.973	1.934	2.174
Portugal	98	109	124	87	99	115	137
Reino Unido	680	835	903	826	1.189	1.326	1.382

Fonte: Bank for International Settlements

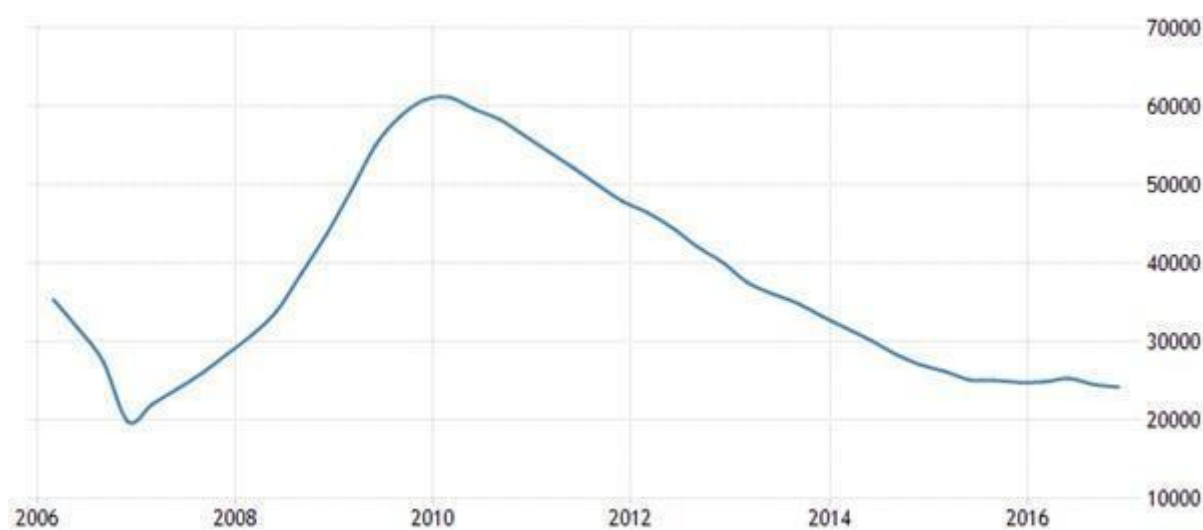
Essa crise, marcada pela falência do Lehman Brothers, desencadeou uma das mais severas crises econômicas globais. A falência deste tradicional banco americano, juntamente com a recusa do governo norte-americano em resgatá-lo com dinheiro público, levou a uma enorme queda nas bolsas mundiais. O colapso do Lehman Brothers gerou pânico entre os investidores, que começaram a resgatar suas aplicações em massa, reduzindo drasticamente a liquidez no mercado. Esse movimento de resgate em massa ocorreu porque os investidores temiam perder seu dinheiro, e os bancos não tinham como cobrir tantos saques simultaneamente.

As autoridades dos Estados Unidos afirmaram que, uma vez que o Lehman era um banco de investimento (que trata de valores mobiliários), e não um banco comercial (que aceita depósitos e está protegido pelo Banco Central), não podiam legalmente intervir. Mas está claro que o governo decidiu mostrar às grandes instituições financeiras que estas não podiam contar sempre com o seu respaldo. (EVANS, 2011, p. 17)

O discurso predominante de que o Estado deveria se retirar da economia e permitir que os agentes privados atuassem livremente revelou-se contraditório na prática. Quando a crise atingiu o setor financeiro, foi justamente a intervenção estatal que se tornou indispensável para salvar os mesmos agentes privados que haviam se beneficiado das políticas neoliberais. Essas políticas, ao longo dos anos, promoveram desregulamentações e cortes em direitos sociais, mas na hora do colapso, mostraram que o mercado, por si só, não seria capaz de se sustentar sem o apoio do próprio Estado que tanto se pregava reduzir.

Após o colapso do Lehman Brothers, outras importantes instituições financeiras ao redor do mundo, como Citigroup, Northern Rock, Swiss Re, UBS e Société Générale, anunciaram enormes prejuízos em seus balanços, agravando ainda mais a desconfiança no mercado financeiro. A crise não se limitou ao setor imobiliário e se espalhou rapidamente por diversos setores da economia, como o setor de construção civil, varejo e serviços, levando muitas empresas à falência e resultando em uma significativa redução no nível de emprego e renda.

Gráfico 7 - Falência de empresas (Estados Unidos)



Fonte: Administrative Office Of The United States Courts

Muitas famílias, que haviam hipotecado suas casas apostando na valorização dos imóveis, perderam seus bens quando os preços dos imóveis despencaram, enquanto isso os bancos foram salvos pelo dinheiro público que impulsionou a dívida pública. Outrossim, a renda coletiva das famílias norte-americanas teve uma queda de mais de 25%, o índice das maiores empresas dos EUA sofreu uma desvalorização de cerca de 45%, e o desemprego subiu para 10,1%, o maior percentual desde 1983 (FREITAS, 2020). As consequências da

crise não se limitaram aos Estados Unidos; aproximadamente dois anos depois, seus efeitos começaram a impactar gravemente a economia europeia.

Gráfico 8 - Taxa de desemprego (Estados Unidos)



Fonte: US Bureau Of Labor Statistics

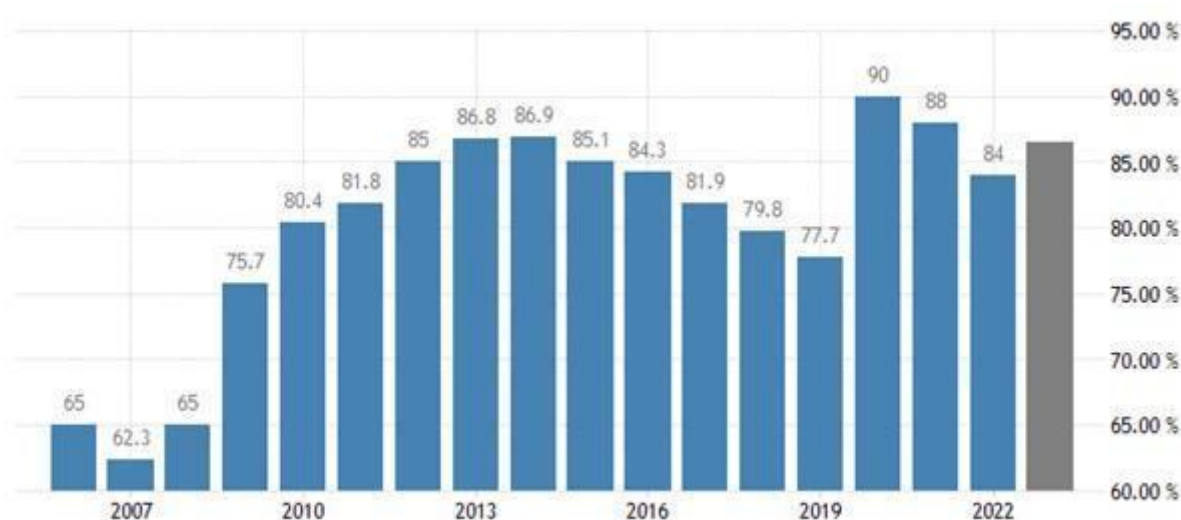
Além disso, a crise atingiu duramente os fundos de pensão, que perderam cerca de 4 trilhões de dólares, gerando incertezas sobre o futuro de milhões de aposentadorias e pensões. A queda no valor dos ativos desses fundos prejudicou sua capacidade de garantir os pagamentos esperados, já que boa parte das economias investidas evaporou junto com o colapso dos mercados. Isso revelou a fragilidade de confiar no desempenho do setor financeiro para sustentar a previdência privada, colocando em risco a segurança financeira de muitos que dependiam desses fundos para uma aposentadoria.

Na Europa, a crise causou desemprego em massa, retração financeira internacional e um aumento significativo da dívida pública, devido à necessidade de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, a queda no valor e na demanda por commodities prejudicou a produtividade de muitos países. Governos tiveram que implementar cortes de gastos, que incluíram a redução de direitos trabalhistas, diminuição da folha salarial dos servidores públicos e a realização de privatizações.

Nesse contexto, percebe-se o efeito devastador na Europa, abalando a confiança nas economias e, especialmente, no euro. Muitos países da zona do euro, como Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, enfrentaram graves crises de dívida, forçando intervenções financeiras e

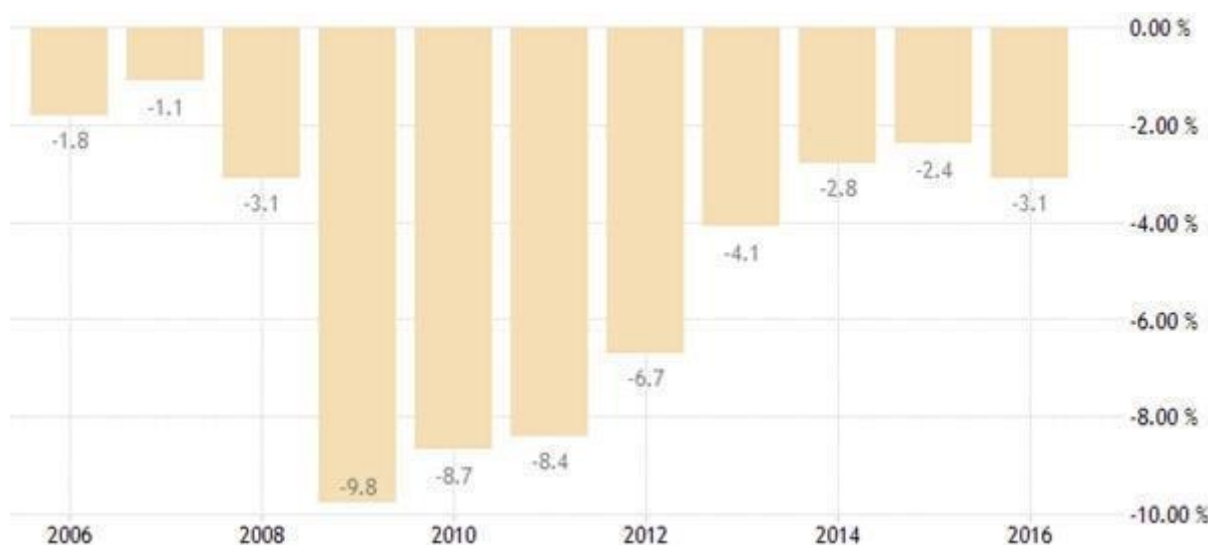
planos de resgate coordenados pela União Europeia e pelo FMI. O euro, que até então simbolizava a integração e a estabilidade econômica, passou a ser visto com desconfiança por alguns setores, especialmente nos países mais afetados pela recessão. A austeridade imposta como resposta à crise aprofundou as dificuldades econômicas, gerando altos níveis de desemprego e ampliando as desigualdades sociais, o que desencadeou um longo período de estagnação econômica em várias partes do continente.

Gráfico 9 - Dívida Pública em Relação ao PIB (União Europeia)



Fonte: Eurostat

Gráfico 10 - Saldo do Orçamento Público em relação ao PIB (Estados Unidos)



Fonte: U.S. Department Of The Treasury

A crise capitalista de 2008 também teve impactos profundos na estrutura do sistema financeiro global, além disso a confiança no sistema bancário foi severamente abalada. As políticas de resgate implementadas por diversos governos, embora necessárias para estabilizar a economia, geraram debates sobre o papel do governo na regulação dos mercados financeiros e a moralidade de utilizar dinheiro público para resgatar instituições privadas. Nesse sentido, governos de diversos países elevaram sua dívida pública para ajudar financeiramente essas instituições que foram responsáveis pela crise, por outro lado a população arcaram com os custos e os danos dessa crise, enquanto que os bancos foram os beneficiados e tiveram lucros exorbitantes no pós-crise 2008 devido ao dinheiro público injetado nas instituições privadas.

Os governos de praticamente toda a OCDE aumentaram a dívida pública num total próximo de US\$ 10 trilhões apenas no triênio 2008-2010, porque tiveram de lançar fortunas em suporte os seus bancos, evitando um caótico efeito dominó. As economias mais fracas da zona do Euro, agora no cadafalso – e que vinham reduzindo o peso relativo da dívida pública ano a ano – fizeram o mesmo, abandonando o caminho do controle das finanças para salvar os bancos. Nada diferente da ação dos governos dos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, França ou Alemanha. Todos se complicando porque a crise econômica fez recuar o PIB. Sofrem ainda, no caso dos PIGS, com a alta dos juros, provocando, com o duplo efeito, deterioração dos indicadores Dívida/PIB no pós-2008. A estratégia atual escolhida pelos líderes da União Europeia é perigosa. Além de não contribuir para a superação do impasse, enfraquecem ainda mais as economias fracas, empurrando-as para a moratória. Como fizeram FMI, bancos e governo americano em relação ao Brasil e outros devedores nos anos 1980. (MUNHOZ, 2011, p. 89)

Esses debates estavam em torno de que, nas últimas décadas, prevaleceu a ideia de que o Estado deveria reduzir sua presença na economia, abrindo espaço para que o mercado e a livre iniciativa operassem sem interferências. Esse discurso foi usado para justificar uma série de privatizações e a diminuição do papel do Estado em diversas áreas. No entanto, quando a crise capitalista eclodiu, o Estado foi rapidamente acionado para socorrer as instituições privadas com pacotes de resgate bilionários. Enquanto isso, as funções sociais do Estado, como saúde, educação e previdência, continuaram sendo negligenciadas, evidenciando a contradição desse modelo: o mercado assume o protagonismo em tempos de bonança, mas é o Estado quem arca com as consequências nos momentos de colapso, sem, contudo, reverter a tendência de afastamento das questões sociais.

A Crise capitalista explicitada em 2008 revelou a cortina de fumaça do chamado modelo neoliberal, enquanto somas gigantescas foram destinadas pelos principais bancos centrais para tentar conter seus efeitos. Se durante muito tempo foi divulgado que os estados nacionais não tinham dinheiro para bancar as ditas funções sociais, de repente lançam mão de recursos públicos especialmente para salvar os bancos e os demais rentistas, enquanto do outro lado continuaram pagando os juros da dívida pública. A crise e seus efeitos criaram um gigantesco endividamento para os

contribuintes. Assim, o neoliberalismo entra em crise, mas o que temos é o aprofundamento ainda maior das políticas neoliberais. (GOMES, 2012, p. 95)

3.2.3 Medidas de Recuperação Econômica da Crise de 2008

Para mitigar os impactos devastadores da crise de 2008 e salvar a economia global, os governos de vários países implementaram uma série de medidas de recuperação econômica, que incluíram injeções massivas de capital nos bancos e a adoção de políticas de estímulo fiscal e monetário.

Diferente das medidas adotadas na crise de 1929, em que o Estado assumiu um papel central na economia, impulsionando a criação do Estado de Bem-Estar Social, com políticas que ampliaram direitos sociais e estimularam o crescimento produtivo. A resposta à crise de 2008 foi o endividamento significativo para salvar bancos e grandes corporações. Essa intervenção não resultou em uma expansão produtiva substancial nem resultou no fortalecimento dos direitos sociais. Em vez disso, muitos países amplificaram políticas de austeridade, que reduziram investimentos públicos e aprofundaram as desigualdades, deixando o Estado sobrecarregado com dívidas sem oferecer benefícios concretos para a maioria da população, por outro lado garantiram o lucro das instituições privadas que foram as responsáveis pela crise.

Em 24 de setembro de 2008, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, anunciou um programa de resgate financeiro de US\$ 700 bilhões, destinado a salvar os bancos e estabilizar o sistema financeiro. Esse programa, conhecido como Troubled Asset Relief Program (TARP), tinha como objetivo adquirir ativos problemáticos e ações das instituições financeiras para fortalecer seus balanços.

Paralelamente, na Europa, autoridades anunciaram pacotes de resgate de grande magnitude para suas instituições financeiras. Em outubro de 2008, o Reino Unido lançou um pacote de resgate totalizando quase £ 500 bilhões, enquanto a zona do euro destinou mais de 2,5 trilhões de dólares para estabilizar seus bancos. Essas medidas visavam aumentar a liquidez e restaurar a confiança no sistema financeiro.

Os Bancos Centrais de vários países também adotaram políticas de incentivo para aumentar a liquidez do mercado e facilitar o acesso ao crédito para grandes empresas

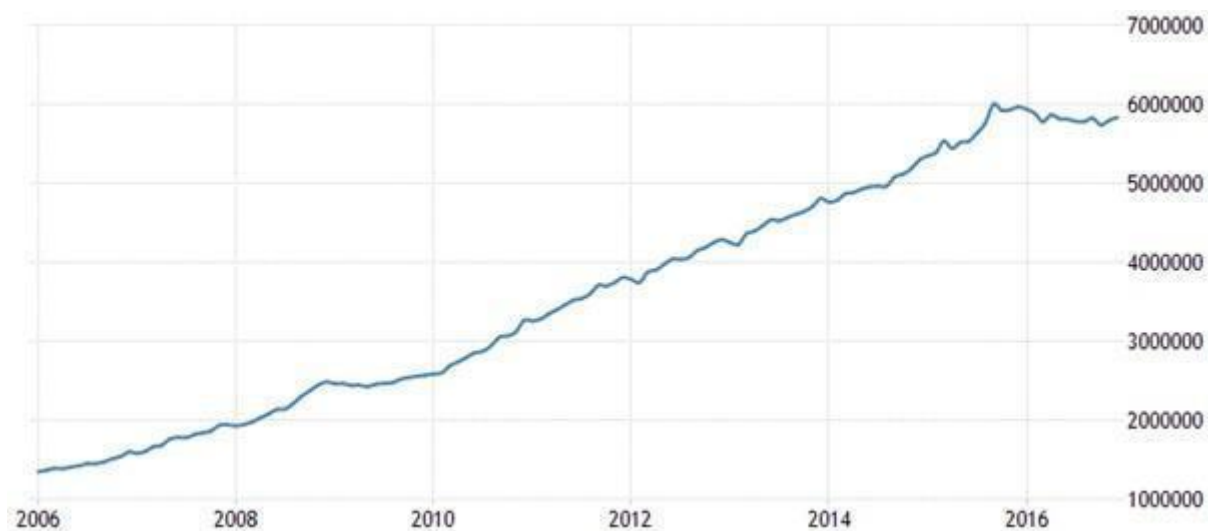
capitalistas. Por exemplo, o Federal Reserve dos Estados Unidos e o Banco Central Europeu reduziram drasticamente suas taxas de juros e implementaram programas de flexibilização quantitativa (quantitative easing), comprando ativos financeiros para injetar dinheiro diretamente na economia.

Gráfico 11 - Balanço dos Bancos em Bilhões de US\$ (Estados Unidos)



Fonte: Federal Reserve

Gráfico 12 - Balanço dos Bancos em Milhões de Reais (Brasil)

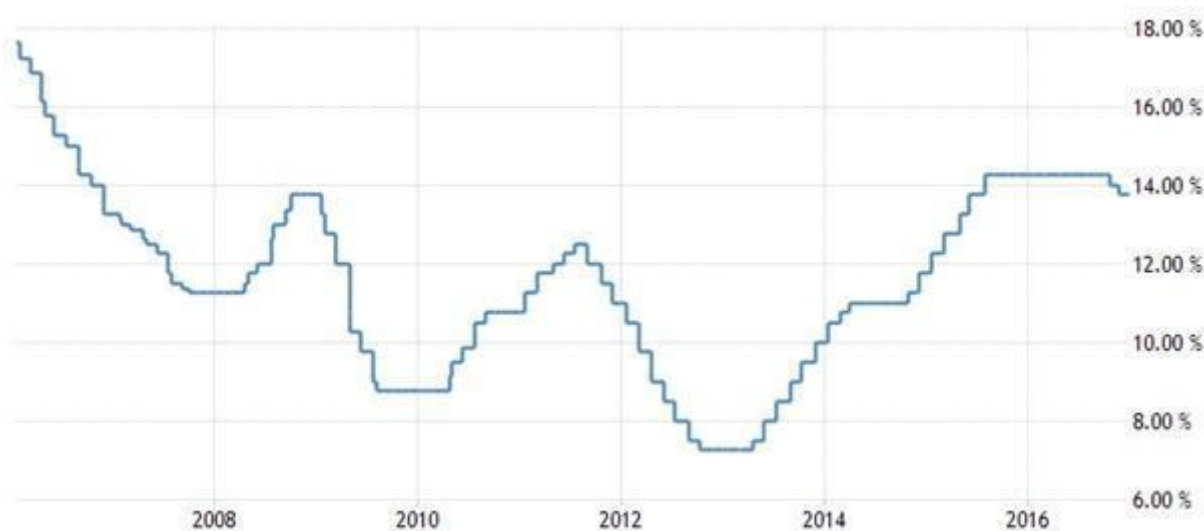


Fonte: Banco Central

No Brasil, o governo adotou uma série de medidas para combater os efeitos da crise. A Taxa Selic foi reduzida de 13,75% para 8,75%, com o objetivo de diminuir os juros pagos em

empréstimos e estimular a circulação de dinheiro no país. Além disso, o governo reduziu impostos como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para automóveis e materiais de construção, visando manter os preços acessíveis e incentivar o consumo. O governo brasileiro também injetou bilhões de reais nos bancos para garantir crédito às indústrias e aos consumidores e aumentou o salário mínimo nacional, fortalecendo o poder de compra das famílias.

Gráfico 13 - Taxa de Juros (Brasil)



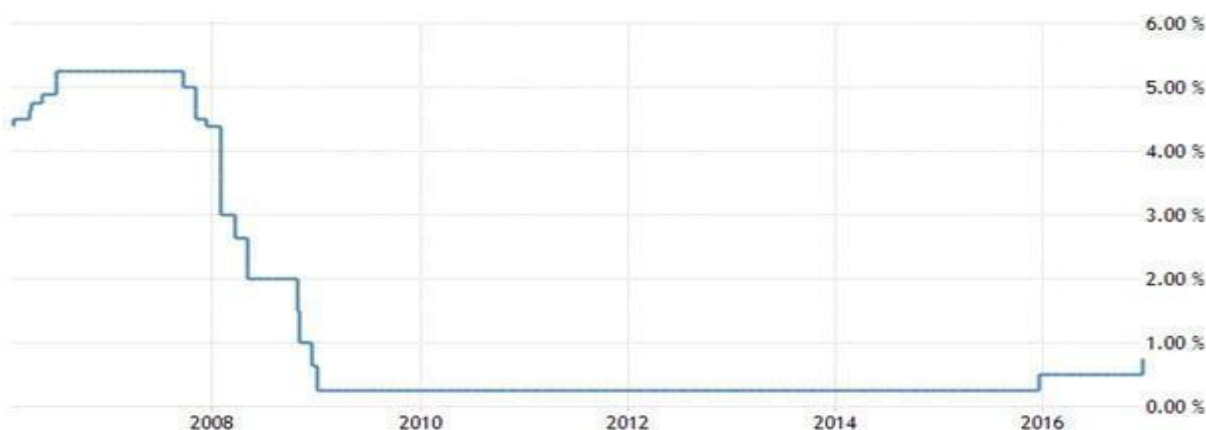
Fonte: Banco Central

Outro ponto a se destacar foi o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o qual foi crucial no enfrentamento dos impactos econômicos no Brasil. Com a escassez de crédito no setor privado, o banco estatal ampliou suas linhas de financiamento para apoiar empresas de diversos setores, como infraestrutura, energia e indústria. Essa atuação foi essencial para garantir a continuidade dos investimentos, preservar empregos e estimular o crescimento econômico em um momento de grande incerteza global. Ao disponibilizar crédito em um cenário adverso, o BNDES ajudou a evitar uma desaceleração econômica mais severa, fortalecendo setores estratégicos e promovendo a recuperação. No entanto, ao concentrar grande parte de seus financiamentos em grandes corporações, o banco também contribuiu para a formação de conglomerados que acabaram por dominar o mercado. A estratégia de fortalecer essas “campeãs nacionais” levou, em alguns casos, à desnacionalização de empresas, como a Oi, e a uma concentração de mercado que favoreceu os tradicionais grupos monopolistas. Esses recursos poderiam ter sido melhor

direcionados para fomentar pequenas e médias empresas, promovendo uma base mais ampla e diversa de crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, em resposta à crise financeira de 2008, foi adotada uma política de juros extremamente baixos, com a taxa básica atingindo 0,24% ao ano. Essa estratégia tinha como objetivo incentivar o consumo e a produção, ao permitir que as famílias renegociassem suas dívidas e retomassem seus hábitos de consumo. Ao mesmo tempo, o governo injetou capital e reduziu ainda mais os custos de crédito, buscando reavivar a economia e combater a recessão. O conjunto dessas medidas fiscais e monetárias conseguiu estabilizar a economia global e deu início a uma recuperação gradual. Contudo, a maior parte dos benefícios dessa recuperação se concentrou no setor bancário, que foi amplamente resgatado pelas intervenções governamentais, em vez de refletir diretamente na atividade produtiva.

Gráfico 14 - Taxa de Juros (Estados Unidos)



Fonte: Federal Reserve

Nesse contexto, a manutenção de juros baixos levou os Estados Unidos à chamada "armadilha da liquidez", um conceito desenvolvido por John Maynard Keynes (1996)¹⁰. Esse fenômeno ocorre quando os juros tão baixos não conseguem mais estimular o crescimento econômico ou atrair novos investimentos, deixando a economia estagnada. Desse modo, o PIB e os investimentos não acompanharam a expectativa criada por essas políticas de estímulo, evidenciando os limites dessa política monetária nesse contexto.

¹⁰ KEYNES, John M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996, p. 15.

4 A Crise Capitalista em Distintos Momentos Históricos

4.1 Causas

Crise de 1929

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, a economia dos países da Europa estava devastada e suas cadeias produtivas estavam severamente limitadas devido aos danos gerados pela guerra. Essa situação levou os países europeus a dependerem de produtos que não podiam produzir, o que beneficiou as indústrias norte-americanas, impulsionando sua produção em massa. A produção em larga escala foi possível graças ao Fordismo, que introduziu uma nova linha de montagem baseada na mecanização, no trabalho especializado repetitivo e na padronização.

A economia americana experimentou um crescimento exponencial, impulsionado pela expansão da produção para além da demanda interna, o que levou à exportação de muitos produtos para o mercado europeu, ávido por consumo, especialmente no período pós-Primeira Guerra Mundial. Esse crescimento acelerado incentivou uma onda de especulação na Bolsa de Valores de Nova York, onde investidores compravam ações com a expectativa de revendê-las a preços ainda mais altos, criando uma perigosa bolha especulativa. Nesse cenário de falsa prosperidade, muitos americanos apostaram todas as suas economias no mercado de ações, acreditando que o crescimento era infinito. Contudo, o fenômeno da superprodução não se limitava apenas aos Estados Unidos; era um problema global. No entanto, os Estados Unidos foram especialmente afetados pela queda, pois estavam no auge econômico, resultado de uma rápida expansão impulsionada pela demanda de países envolvidos na guerra, que precisavam de suprimentos durante o conflito.

Com a recuperação econômica da Europa e a retomada de sua própria produção, as importações de produtos americanos caíram drasticamente. Os países europeus, antes dependentes das exportações dos EUA, agora competiam com os americanos no mercado externo, o que resultou em um acúmulo de produtos nos Estados Unidos devido à superprodução e à falta de demanda. Essa situação foi um dos principais fatores que desencadearam a Grande Depressão de 1929, a maior crise do capitalismo até então, evidenciando também as falhas do modelo liberal vigente. A Lei de Say, que afirmava que toda oferta criava sua própria demanda, foi completamente refutada, já que a alta oferta de produtos não encontrou mercado consumidor. Essa superprodução não estava relacionada ao

controle do Estado, mas sim às contradições intrínsecas do capitalismo, que, sob o liberalismo, apostava no automatismo do mercado, ignorando os desequilíbrios gerados pela concentração de riqueza.

Crise de 2008

Diferente do período de crescimento acelerado que antecedeu a crise de 1929, a crise de 2008 foi precedida por um período de baixo crescimento econômico nos Estados Unidos. Para tentar reverter essa situação, o Federal Reserve (FED) adotou uma política de redução da taxa básica de juros, buscando impulsionar a economia por meio da expansão do crédito. Essa medida resultou em um aumento expressivo no número de financiamentos imobiliários, muitos deles com juros baixos, mas variáveis. Milhares de pessoas com pouca ou nenhuma renda foram incentivadas a adquirir imóveis, aproveitando as condições facilitadas de crédito. Todavia, essa concessão massiva de financiamentos gerou um risco crescente de inadimplência, o que levou os bancos a emitirem títulos financeiros lastreados em hipotecas, repassando o risco para o mercado financeiro.

Além disso, os bancos manipularam esses títulos de alto risco, disfarçando-os como títulos de baixo risco. A crescente demanda por imóveis inflacionou os preços, gerando uma bolha no mercado que não refletia o valor real das propriedades. Outro ponto a se destacar foi a política de juros baixos que levou os EUA a armadilha de liquidez, ou seja, os juros baixos não estimulavam o crescimento econômico nem atraíam novos investimentos produtivos, deixando a economia estagnada.

4.2 Consequências

Crise de 1929

Em 1929, já havia um certo grau de globalização e uma interdependência entre as economias mundiais, com os Estados Unidos da América como a principal potência econômica. Dessa forma, os eventos ocorridos em seu território impactaram todo o globo, exceto a União Soviética (URSS). A crise nos EUA fez com que seu PIB caísse em aproximadamente 50%. Três anos após o início da crise, houve uma leve recuperação, mas o PIB ainda representava cerca de 30% do que era antes da crise. Foram necessários dez anos para que o PIB voltasse aos níveis anteriores a 1929.

Em 1923, o desemprego nos EUA era extremamente baixo, cerca de 4%. No ano da crise, essa porcentagem saltou para 27%, um aumento acentuado de quase sete vezes, com mais de 10 milhões de americanos desempregados. Filas enormes se formavam nos pontos de distribuição de sopas para aqueles que não tinham emprego. Para os que ainda permaneciam empregados, houve uma redução de salários, em média, os salários reduziram-se quase pela metade do que eram antes da crise. As indústrias reduziram drasticamente suas produções devido ao elevado número de mercadorias em estoque e à redução no número de consumidores e seu poder aquisitivo.

Os produtores rurais também foram severamente impactados, pois os preços dos produtos agrícolas despencaram a tal ponto que a venda não compensava os custos de produção. Muitos agricultores, que dependiam de empréstimos bancários para investir em suas plantações, não conseguiram quitar suas dívidas, tornando-se inadimplentes e entrando em falência.

A crise de 1929 teve efeitos devastadores que se estenderam muito além dos Estados Unidos, atingindo economias ao redor do mundo, especialmente na América Latina, cuja prosperidade dependia fortemente da exportação de commodities para os mercados internacionais, em particular os EUA. Com a drástica redução das importações americanas, esses países enfrentaram sérios colapsos econômicos. No Brasil, que tinha os Estados Unidos como seu principal parceiro comercial, a queda abrupta de mais de 60% no preço do café, principal produto de exportação, causou um impacto profundo na economia, refletindo inclusive na política interna do país. Além dos efeitos econômicos, a Grande Depressão dos anos 1930 também criou um terreno fértil para o surgimento de regimes totalitários, como o fascismo e o nazismo, que encontraram no desespero popular e nas falhas das democracias liberais um caminho para ascender ao poder, culminando na eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Crise de 2008

A situação dos países europeus nos anos que antecederam 2008 era bem diferente da realidade no pós-Primeira Guerra Mundial. Desta vez, a maioria dos países europeus tinha economias crescentes, com inflação controlada e baixo desemprego. Enquanto isso, os EUA enfrentavam baixo crescimento e enormes dívidas, muitas delas decorrentes das guerras no Afeganistão e no Iraque.

Em 2008, a comunicação entre os países era muito mais rápida do que décadas antes, o que contribuiu para a rápida propagação da crise pelos continentes, mas também permitiu uma resposta mais coordenada dos governos que gastaram trilhões de dólares e se endividaram para conter os efeitos da crise. Os primeiros impactos foram sentidos nos EUA, onde os bancos começaram a ficar descapitalizados, milhares de famílias perderam suas casas, a fome e a miséria se alastraram, o desemprego subiu a níveis altos e o consumo reduziu drasticamente.

O auge da crise ocorreu na chamada "segunda-feira negra", quando o quarto maior banco de investimentos, Lehman Brothers, anunciou sua falência, seguido por outras falências de bancos e empresas. Assim como na crise de 1929, houve queda nos preços dos produtos e redução das relações comerciais internacionais, com diminuição das importações e exportações entre os países. No entanto, a crise de 2008 também gerou diversos protestos sociais devido aos trilhões de dólares retirados dos cofres públicos e injetados nos bancos, que eram vistos como os causadores do caos.

A crise de 2008 atingiu especialmente as famílias de classe média e baixa, que perderam empregos, casas e qualquer sensação de segurança financeira. Enquanto isso, os bancos, que tiveram um papel crucial em causar o problema, acabaram sendo os maiores beneficiados. Governos de todo o mundo usaram enormes quantias de dinheiro público para resgatar essas instituições, enquanto quem mais precisava de ajuda ficou à mercê das circunstâncias. Além disso, o período marcou uma expansão significativa da esfera financeira, com a intensificação da financeirização da economia, onde o capital passou a circular de maneira ainda mais concentrada nos mercados financeiros, ampliando as desigualdades que já vinham crescendo há anos.

4.3 Políticas de Restauração do Capitalismo

Crise de 1929

Em resposta à crise, o presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, abandonou a teoria liberal clássica e adotou as ideias do economista John Maynard Keynes por meio do New Deal.

A recuperação econômica inspirada na teoria keynesiana estava baseada na ideia de que o governo devia assumir um papel ativo durante as crises, especialmente para combater a

recessão. Para Keynes, esperar que o mercado se auto ajuste era ineficaz, pois, em momentos de retração, os investimentos privados geralmente diminuem, o que agrava o desemprego e freia a economia. Para interromper esse ciclo, ele defendia o aumento dos gastos públicos, incentivando a demanda agregada e, com isso, criando empregos e promovendo o aquecimento econômico. Esse processo se fortaleceria ainda mais com uma política fiscal expansiva, em que o governo ampliaria os gastos e reduziria impostos, mesmo que houvesse um aumento temporário no déficit. Keynes acreditava que essa intervenção não apenas colocaria a economia em movimento, mas também recuperaria a confiança de consumidores e investidores, desencadeando um ciclo de crescimento.

Ademais, Keynes defendia uma intervenção ativa do Estado na economia para corrigir falhas do mercado e estabilizar a economia. O New Deal implementou diversas medidas que tinham como objetivo principal a recuperação econômica e a geração de empregos em massa.

Medidas do New Deal:

- **Restrição à Produção Industrial:** Inicialmente, a produção industrial foi restringida para equilibrar a oferta e a demanda, o que ajudou na estabilização dos preços.
- **Criação de Empregos:** Para enfrentar o alto desemprego, o governo reduziu a jornada de trabalho, incentivando as empresas a contratar mais trabalhadores para manter a produção. Além disso, houve investimentos maciços em obras públicas, como a construção de escolas, hospitais e rodovias.
- **Estabelecimento do Salário Mínimo:** Para aumentar o poder de compra dos trabalhadores, o governo estabeleceu um salário mínimo, o que ajudou a elevar a demanda por produtos e serviços. E demais mecanismos de proteção social, mais fortemente na Europa.

As políticas implementadas pelo New Deal nos Estados Unidos não apenas ajudaram a recuperação econômica do país após a Grande Depressão, como também influenciaram outras nações a adotarem estratégias similares, levando à consolidação do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State). Esse modelo, que por décadas foi uma referência de políticas econômicas e sociais, começou a entrar em crise nas décadas posteriores, abrindo espaço para o retorno do liberalismo, agora em sua versão neoliberal.

Crise de 2008

A crise de 2008, assim como a de 1929, também exigiu uma intervenção significativa do Estado na economia. No entanto, as medidas adotadas diferiram em alguns aspectos, principalmente em termos de foco e execução.

- **Injeção de Capital no Setor Bancário:** Uma das principais medidas foi a injeção de trilhões de dólares nos bancos e a concessão de garantias para estabilizar o sistema financeiro. Essa estratégia visou reforçar a confiança no sistema, essencial para o seu funcionamento. Os governos e bancos centrais, conscientes do risco de um colapso em cadeia, implementaram medidas que incluíam não apenas a injeção direta de recursos, mas também a oferta de garantias que ajudavam a proteger os bancos de perdas imensas. Ao estabilizar o setor bancário, essas ações buscavam evitar que a crise se aprofundasse ainda mais, permitindo que as instituições financeiras recuperassem sua solidez e pudessem, eventualmente, retomar o crédito e impulsionar a economia. Essa abordagem, embora controversa, foi considerada necessária para evitar um colapso ainda mais grave, mostrando a importância de intervenções decisivas em momentos de crise.
- **Facilitação do Crédito:** Os bancos centrais de vários países lançaram planos de incentivo para aumentar a liquidez no mercado, facilitando o acesso ao crédito para indivíduos e empresas. No Brasil, por exemplo, a Taxa Selic foi reduzida para diminuir os juros dos empréstimos, estimulando o consumo e a produção.
- **Investimento em Obras Públicas e Auxílios à População Vulnerável:** Similar ao New Deal, houve investimentos em infraestrutura e concessão de auxílios à população vulnerável para estimular a economia.

Entretanto, esse cenário contrasta fortemente com a resposta à Grande Depressão de 1929, quando o keynesianismo, com o aumento dos gastos públicos voltados para o bem-estar social, foi o centro da recuperação. Em 2008, ao contrário, houve um aprofundamento do neoliberalismo, com o foco das ações governamentais voltado para salvar grandes instituições financeiras, em vez de investir em políticas públicas que beneficiassem diretamente a população, como ocorreu com o estado de bem-estar social implantado após a crise de 1929.

5 Considerações Finais

As crises de 1929 e 2008, que marcaram dois momentos cruciais da história do capitalismo, oferecem um panorama revelador das vulnerabilidades e contradições inerentes ao sistema econômico global. Apesar de ocorrerem em contextos diferentes e com características próprias, ambas as crises trouxeram à tona a fragilidade do capitalismo frente à especulação financeira desenfreada, à alavancagem excessiva e à confiança cega na autorregulação dos mercados. Ao analisar as causas, as consequências e as respostas adotadas em cada caso, é possível identificar padrões que se repetem, ainda que em diferentes graus de intensidade e com dinâmicas específicas de cada período.

A crise de 1929, desencadeada pela bolha especulativa no mercado de ações, se manifestou pela revelação dos balanços que revelavam que a lucratividade especulada não se confirmava frente aos resultados apurados, o que contribuiu na culminação da Grande Depressão e expôs a vulnerabilidade de uma economia baseada na especulação, na superprodução e na falta de mecanismos de controle sobre o capital financeiro. As respostas governamentais, sobretudo a partir do New Deal nos Estados Unidos, introduziram um novo paradigma de intervenção estatal, com a criação de políticas que fortaleceram o papel do Estado na economia e promoveram o surgimento do Estado de Bem-Estar Social. O objetivo era não apenas salvar o sistema capitalista, mas também garantir que a recuperação econômica fosse acompanhada de uma distribuição mais equitativa de riqueza e de oportunidades. Isso tudo visava evitar a crise do capitalismo e a possível adoção do socialismo da URSS nos países capitalistas.

Em contraste, a crise de 2008, originada no mercado imobiliário e amplificada pelos complexos produtos financeiros derivados, demonstrou a interconexão e a sofisticação do sistema financeiro global. Outro ponto é que essa crise foi uma manifestação das crises que já estavam acontecendo nas periferias do capitalismo e que passaram a ocorrer no centro do capitalismo. Outrossim, a crise de 2008 trouxe à tona as limitações do neoliberalismo, uma vez que ela mostrou que a crença na autorregulação dos mercados, amplamente defendida pelas políticas neoliberais, era ilusória, pois o colapso deixou claro que a ausência de regulação adequada levou a desequilíbrios graves, com efeitos devastadores não apenas no setor financeiro, mas também em toda a economia mundial.

As respostas à crise de 2008, no entanto, foram menos focadas em mudanças estruturais de longo prazo e mais voltadas para o resgate imediato das instituições financeiras e de ataque aos direitos sociais para poder bancar a salvação do capitalismo. Embora tenham sido adotadas medidas para evitar o colapso total, como pacotes de resgate bilionários e políticas de flexibilização quantitativa, o foco principal esteve em manter a estabilidade do sistema financeiro, com menos ênfase na promoção de justiça social e na redução das desigualdades. As políticas de austeridade implementadas em muitos países aprofundaram as disparidades econômicas e sociais, refletindo as limitações de um modelo que ainda prioriza a manutenção do capital em detrimento do bem-estar coletivo.

As semelhanças entre as duas crises evidenciam que, em sua essência, o capitalismo é um sistema cíclico, sujeito a períodos de crescimento seguidos por rupturas bruscas e recessões. O excesso de confiança no mercado, a especulação financeira e a concentração de riqueza nas mãos de poucos são características recorrentes nas grandes crises econômicas. No entanto, as diferenças entre 1929 e 2008 revelam as transformações do capitalismo ao longo do tempo, principalmente com o avanço da globalização e o aumento da complexidade dos mercados financeiros, além disso revelam o baixo crescimento da economia real e a expansão da esfera financeira.

Portanto, a intervenção estatal, embora crucial nos períodos de crise de 1929 e 2008, gerou, contudo, custos consideráveis ao sistema, pois recorreu ao uso de recursos públicos para resgatar grandes instituições financeiras e corporações, enquanto deixou de estender esse apoio de forma igualitária para pequenas e médias empresas ou para a população em geral. Dessa forma, esse processo acaba por transferir o peso das perdas financeiras para a sociedade sem, no entanto, promover mudanças estruturais ou avanços reais em justiça social, o que resultou no aumento da dívida pública. Além disso, a desigualdade de tratamento entre grandes conglomerados, que recebem apoio imediato, e as pequenas empresas, frequentemente desassistidas, reflete uma das contradições do sistema capitalista, onde o ônus da recuperação recai mais sobre os menos favorecidos, enquanto os grandes saem ainda mais fortalecidos.

6 Referências

ADMINISTRATIVE OFFICE OF THE UNITED STATES COURTS. **Bankruptcy Filings Statistics**. Disponível em: <https://www.uscourts.gov/statistics-reports/analysis-reports/bankruptcy-filings-statistics>. Acesso em 18 de maio de 2023.

ALVARENGA JUNIOR, Marcio; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **A reestruturação do sistema creditício doméstico e a recuperação precoce da economia brasileira na década de 1930**. Nova Economia, v.31 n.2 p.637-665, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/x9GQrKTWzJSwyhNqGtPDDgg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 março 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Metas para a inflação**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>. Acesso em 17 de outubro de 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Real**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em 30 de outubro de 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em 21 de outubro de 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>. Acesso em 22 de outubro de 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em 29 de outubro de 2023.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **Gross Domestic Product**. Disponível em: <https://www.bea.gov/data/gdp/gross-domestic-product>. Acesso em 18 de maio de 2023.

CHEN, Wenjie; MRKAIC, Mico; NABAR, Malhar. **Efeitos duradouros: a recuperação econômica global 10 anos após a crise**. Disponível em: <https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2018/10/03/blog-lasting-effects-the-global-economic-recovery-10-years-after-the-crisis>. Acesso em 30 de março de 2023

COGGIOLA, Osvaldo. **O craque de 1929 e a Grande Depressão da década de 1930.**

Disponível

em:

https://www.academia.edu/8568795/A_crise_de_1929_e_a_grande_depress%C3%A3o.

Acesso em 17 de maio de 2023.

EUROSTAT. **General government deficit/surplus.** Disponível em:

<https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tec00127/default/table?lang=en>. Acesso em 03 de junho de 2023.

EVANS, Trevor. **Cinco Explicações para a Crise Financeira Internacional.** Revista tempo do mundo | rtm | v. 3 | n. 1 | abr. 2011.

FEDERAL RESERVE. **Statistics Reported by Banks and Other Financial Firms in the United States.** Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/data/statbanksus/default.htm>. Acesso em 29 de maio de 2023.

FEDERAL RESERVE. **Treasury Constant Maturities.** Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/datadownload/Chart.aspx?rel=H15&series=bf17364827e38702b42a58cf8eaa3f78&lastobs=&from=&to=&filetype=csv&label=include&layout=seriescolumn&type=package&pp=Download>. Acesso em 29 de maio de 2023.

FREITAS, Bruno. **Crise financeira de 2008: Você sabe o que aconteceu?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008>. Acesso em: 24 setembro 2024.

GAZIER, Bernard. **A crise de 1929.** São Paulo: L&PM, 2009.

GOMES, José Menezes. **ENTRE MARX E KEYNES: nem restauração capitalista, nem endividamento público - por uma salda anticapitalista.** R. Pol. Públ. | São Luls - MA | Número Especial | p.87 - 98 | Outubro de 2012. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1208/3292>. Acesso em 24 de setembro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE: sistema nacional de índices de preços ao consumidor : INPC-IPCA.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236>. Acesso em 25 de maio de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB a preços de mercado.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em 25 de maio de 2023.

IPEADATA. **Taxa de juros nominal - Overnight / Selic.** Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/exibserie.aspx?serid=38402>. Acesso em 17 de outubro de 2023.

KESSLER, Timothy. **A quebra do peso mexicano: causas, consequências e recuperação.** Disponível em <https://www.scielo.br/j/rep/a/NVt8nG7Mc3JHRqHrDQXbJZs/#>. Acesso em 17 de outubro de 2023.

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira.** Chapecó: Revista Cadernos de Economia, v. 17, n. 32, p. 52-65, 2013. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/1651>. Acesso em: 30 junho 2022

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. **Crise, Capital Fictício e Afluxo de Capitais Estrangeiros no Brasil.** CADERNO CRH, Salvador, v. 26, n. 67, p. 65-78, Jan./Abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Grz3MZPxN5BjrcpnM7QK8RJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

MARX, Karl. **Capital: A Critique of Political Economy. Volume III: The Process of Capitalist Production as a Whole.** Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-III.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2024.

MARX, Karl. **O Capital**, São Paulo: Difel, 1987. Livro 3, v. 4-5.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A crise em perspectiva: 1929 e 2008.** Novos Estudos, pp.57-66, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Tn53n6xsSgDmhbbB3cFgL6Bh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 de abril 2023

MEDEIROS, Carlos Aguiar. **Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coréia**. Economia e Sociedade, Campinas, (11): 151-72, dez. 1998. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/483/05_Medeiros.pdf. Acesso em 26 de novembro de 2024.

MUNHOZ, Dércio Garcia. **A Europa se endividou para salvar os bancos**. Desenvolvimento, 2011, nº 69 Edição Especial. Disponível: https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios069_completa.pdf. Acesso em 31 de outubro de 2024.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresse. **Crise e recuperação da confiança**. Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-134, janeiro-março/2009.

PINTO, Rodrigo de Souza Dantas Mendonça. **Crise de Super-Produção e Crise Estrutural do Capital**. Dossiê: Darwismo e Filosofia – Temas Livres Temas & Matizes - Nº 15 - Primeiro Semestre De 2009. Pp.69-86.

PIRES, Manoel. **Ciclos de commodities**. Disponível em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/ciclos-de-commodities>. Acesso em 17 de outubro de 2023.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA**. Niterói: Revista Econômica, v 13, n 2, p. 9-44, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/download/34830/20086>. Acesso em 21 março 2023

SHAIKH, Anwar. **A Crise Econômica Mundial: Causas e Implicações**. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/viewFile/892/1172>. Acesso em 25 de setembro de 2024.

SICSÚ, João. **Para além das políticas de resgate**. Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp. 144-145, janeiro-março/2009.

STANDARD & POOR'S. **S&P CoreLogic Case-Shiller 20-City Composite Home Price NSA Index**. Disponível em: <https://www.spglobal.com/spdji/en/indices/indicators/sp-corelogic-case-shiller-20-city-composite-home-price-nsa-index/#overview>. Acesso em 11 de junho de 2023.

TORRES, Ernani Teixeira Filho. **O Estouro de Bolhas Especulativas Recentes: Os Casos dos Estados Unidos e do Japão.** Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4409/1/td_2096.pdf. Acesso em: 26 de novembro de 2024.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. **An Unsustainable Fiscal Path.** Disponível em: <https://fiscal.treasury.gov/reports-statements/financial-report/mda-unsustainable-fiscal-path.html>. Acesso em 16 de junho de 2023.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. **The Government's Financial Position and Condition.** Disponível em: <https://fiscal.treasury.gov/reports-statements/financial-report/2017/government-financial-position-and-condition.html>. Acesso em 18 de junho de 2023.

US BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Civilian unemployment rate.** Disponível em: <https://www.bls.gov/charts/employment-situation/civilian-unemployment-rate.htm>. Acesso em 14 de junho de 2023.

US BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Consumer Price Index (CPI) Databases.** Disponível em: <https://www.bls.gov/cpi/data.htm>. Acesso em 15 de junho de 2023.